



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Bruno do Nascimento Coelho

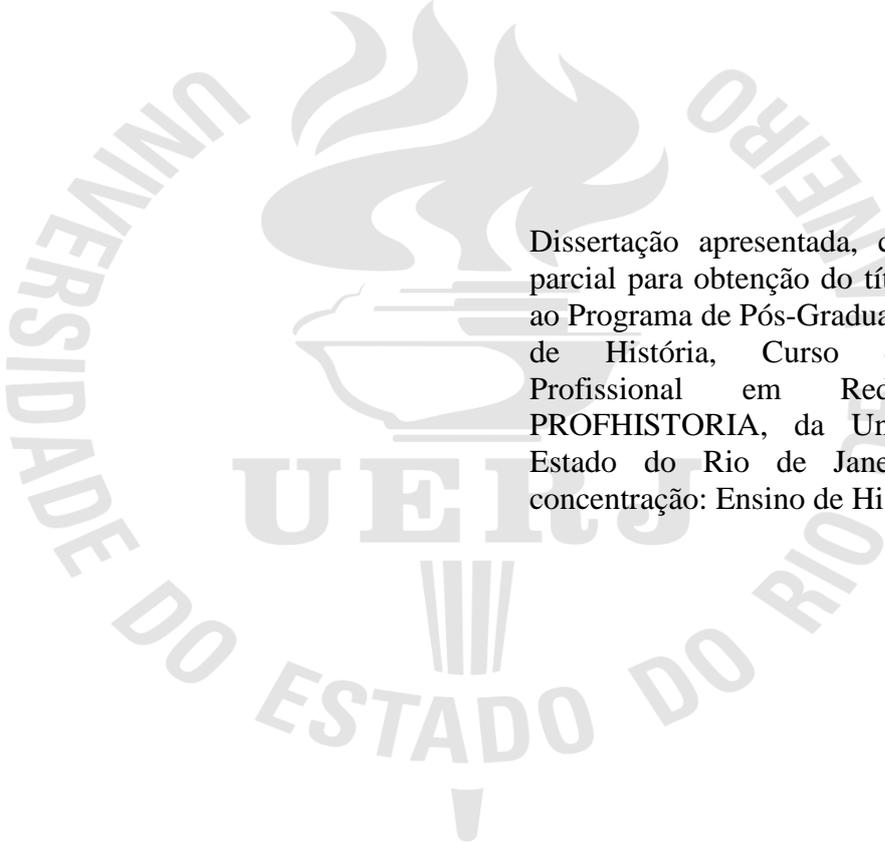
**Ressignificando identidades: presença nordestina em Irajá e seu entorno -
história local e ensino de história**

São Gonçalo

2021

Bruno do Nascimento Coelho

**Ressignificando identidades: presença nordestina em Irajá e seu entorno - história local
como estratégia para o ensino de história**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha Silva

São Gonçalo

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

C672
TESE

Coelho, Bruno do Nascimento.

Ressignificando identidades: presença nordestina em Irajá e seu entorno - história local e ensino de história. / Bruno do Nascimento Coelho. – 2021.
114f.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Pinha Silva.
Dissertação (Mestrado Profissional em História – PROFHISTÓRIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. História – Estudo e ensino – Teses. 2. História local. 3. Irajá (Rio de Janeiro, RJ). I. Silva, Daniel Pinha. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 – 4924

CDU 981

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Bruno do Nascimento Coelho

Ressignificando identidades: presença nordestina em Irajá e seu entono - história local e ensino de história

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em 21 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Pinha Silva

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dra. Juçara da Silva Barbosa de Mello

Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Mario Sérgio Ignácio Brum

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

São Gonçalo

2021

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos migrantes nordestinos que formaram e formam a história da cidade do Rio de Janeiro com seu trabalho e esforço superando enormes dificuldades e preconceitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus familiares mais próximos pelo incentivo, compreensão e apoio. As dificuldades relacionadas a gestão do tempo, os cuidados da casa, rotina, filha, trabalho dificilmente seriam contornados sem o apoio de vocês, portanto deixo o meu agradecimento: a minha esposa Priscila, minha mãe Lucilene, meu pai Selmo e dona Aparecida, minha sogra, estes muitas vezes se disponibilizaram para cuidar de minha filha Isabela para que eu pudesse frequentar as aulas, fazer as atividades e escrever este trabalho. Sem seu apoio para as questões mais básicas do cotidiano eu não teria tempo para tal. Agradeço a vocês imensamente.

Agradeço ao meu orientador Daniel Pinha, sua calma e atenção com as minhas questões sempre me deram a segurança de que, mesmo com todas as dificuldades desse período difícil, conseguiria concluir este trabalho. Sua orientação e apoio foram fundamentais. Muito obrigado.

Ao meu irmão Renan, meus irmãos-primos Gabriel e Felipe agradeço pelas conversas, distrações e companhia quando era necessário refrescar a mente diante das dificuldades do cotidiano.

Aos professores nessa jornada no mestrado profissional de história, sem suas aulas, orientações e debates, não conseguiria chegar a este momento. Em especial agradeço a professora Marcia Gonçalves, suas aulas foram inspiradoras.

Aos meus companheiros e companheiras de trabalho na escola Malba Tahan. Foi de lá que veio o estímulo para que eu fizesse o ProfHistória. Sempre ouvi palavras de carinho, apoio e incentivo. Foram muito importantes neste trabalho como amigos, ouvintes e com dicas. Agradeço a todos e evito nomear com o medo de cometer alguma injustiça e deixar alguém de fora.

Aos colegas do ProfHistória, os debates e as trocas em sala de aula foram enriquecedores. Agradeço a todos.

Muitos me ajudaram, orientaram, colaboraram e incentivaram a minha caminhada, a todos os que de alguma forma colaboraram, deixo o meu muito obrigado.

Agradeço também a CAPES pelo apoio durante o mestrado, ser bolsista foi o que permitiu que eu concluísse este trabalho seguro de que não teria problemas de natureza econômica durante o período.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Paulo Freire

RESUMO

COELHO, Bruno do Nascimento. *Ressignificando identidades: presença nordestina em Irajá e seu entorno - história local e ensino de história*. 2021. 114f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

Este trabalho é a proposta de uma sequência didática a ser realizada com alunos do 9º ano do ensino fundamental em uma escola no Irajá, subúrbio carioca, sobre a migração nordestina para o Sudeste e a grande presença de nordestinos e descendentes na região. O objetivo é buscar nesses alunos, muitos deles ou nordestinos ou descendentes destes, uma visão positiva da migração nordestina para a região com o objetivo de servir como um reforço positivo a essa identidade nordestina, muitas vezes apagada ou vítimas de discriminação. Outro objetivo é a utilização de elementos da história local, do cotidiano dos alunos e do entorno onde vivem como formas de compreender o processo de “produção” da história como disciplina, ou seja, compreender o “fazer história” através de elementos da história local. A importância deste trabalho está relacionada ao fato da escola atender grande população de origem nordestina, nascidos e imigrantes, desta forma procuramos trazer a esta população conhecimento sobre sua história e sobre os contextos que levaram estas pessoas a viverem na região.

Palavras-chave: Ensino de História. História local. Identidades. Migração nordestina.

ABSTRACT

COELHO, Bruno do Nascimento. *Resignifying identities: northeastern presence in Irajá and its surroundings - Local history and history teaching*. 2021. 114f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

This work is the proposal of a didactic sequence to be carried out with students from the 9th year of elementary school in a school in Irajá, a Rio suburb, about the Northeastern migration to the Southeast and the large presence of Northeasterners and descendants in the Irajá neighborhood. The objective is to seek in these students, many of them from the Northeast or their descendants, a positive view of the migration of Northeastern people to Irajá, with the aim of serving as a positive reinforcement to this Northeastern identity, which is often erased or victim of discrimination. Another objective is to use elements of local history, for the understanding of producing history by the students. The importance of this work is related to the fact that the school serves a large population of northeastern origin, born and immigrants, in this way we seek to bring this population knowledge about its history and the contexts that led these people to live in the region.

Keywords: History teaching. Identities. Local history. Northeastern migration.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1	Mapa de Irajá e adjacências	32
Figura 2	Trecho do Rio Acari	62
Figura 3	Igreja Nossa Senhora da Apresentação	63
Figura 4	Antiga estação de trem de Irajá	65
Figura 5	Avenida Brasil nos anos 1950	67
Figura 6	Fazenda Botafogo	68
Figura 7	Típica casa suburbana 1	70
Figura 8	Típica casa suburbana 2	71
Figura 9	Típica casa suburbana 3	71
Figura 10	Hospital Ronaldo Gazolla	72
Figura 11	Favela do Acari	73
Figura 12	Conjunto residencial Areal, o popular “Amarelinho”	73
Figura 13	Escravidados em uma fazenda de café	75
Figura 14	Vapor navegando no Rio São Francisco	80
Figura 15	Trecho da Rio-Bahia na altura de Catuji/MG, 1952	81
Figura 16	Caminhão pau-de-arara	82
Figura 17	Migrantes nordestinos chegando ao Rio	85
Figura 18	Centro de tradições nordestinas em São Cristóvão	87
Figura 19	Centro de tradições nordestinas em São Gonçalo	87
Figura 20	Avenida Brasil na altura de Irajá	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
IAPC	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	HISTÓRIA LOCAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	13
1.1	História local	13
1.2	História, região e espacialidade	15
1.3	A questão local	18
1.4	Desafios da história local	30
1.5	Diálogo teórico entre os objetos e os conceitos	32
2	HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA	40
2.1	Ensino-aprendizagem de história local no ensino de história	40
2.2	PCNs, BNCC e o currículo mínimo da cidade do Rio de Janeiro	45
2.3	Diálogo dos currículos com a história local	51
2.4	Ressignificando identidades através da história local	53
3	RESSIGNIFICANDO IDENTIDADES: HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NORDESTINA EM IRAJÁ	59
3.1	A presença nordestina em Irajá	59
3.2	Aulas sobre as razões da presença nordestina na região de Irajá	61
3.3	Presença nordestina no Rio de Janeiro	84
3.4	Preparando as entrevistas	86
3.5	Sabina Loriga e Beatriz Sarlo para trabalhar a questão do testemunho em primeira pessoa	88
3.6	As entrevistas	91
	CONCLUSÃO	95
	REFERÊNCIAS	98
	Planos de aula	101

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho que pretende utilizar de elementos da história local para propor um material que funcione como uma sequência didática que possa ser aplicada por professores. No caso os elementos trabalhados aqui estão relacionados a realidade onde leciono. Trabalho em uma escola no bairro de Irajá, zona norte do Rio de Janeiro. A escola onde leciono atende a algumas comunidades com grande presença de nordestinos e descendentes de nordestinos. Estes são os alunos, seus pais, primos, tios, avós, vizinhos e amigos. A migração nordestina é fator fundamental na configuração urbana da cidade do Rio de Janeiro, principalmente nas regiões suburbanas e periféricas, porém a relação desses alunos com essa presença devido ao preconceito e ao estigma relacionado ao migrante nordestino é muitas vezes ocultada ou propositadamente apagada.

Dessa forma esse trabalho foi pensado para ser colocado em prática a partir de dois objetivos: o primeiro é fortalecer os vínculos identitários desses alunos com a herança nordestina, constantemente tratada como inferior, buscando uma valorização de suas autoestimas e construindo uma visão positiva de si através do conhecimento das histórias de vida dos migrantes nordestinos, as razões de sua migração, sua vida no Rio de Janeiro e a maneira como construíram e lidam com o meio onde vivem. O segundo é construir nesses alunos o entendimento e a compreensão do raciocínio histórico. Ou seja, que eles entendam os procedimentos básicos da história como disciplina científica.

Essa dissertação pretende propor o passo a passo a ser realizado com os alunos para o desenvolvimento de um trabalho de história local tendo como norte os objetivos listados acima. Sabendo se tratar de um trabalho direcionado a professores, o importante nesse caso é a percepção de um elemento da realidade escolar, relacionado ao entorno imediato dessa comunidade e a partir deste propor alternativas que sirvam tanto para o conhecimento e desenvolvimento de categorias que estejam relacionadas a questões locais daquela comunidade, bem como a compreensão do raciocínio histórico por parte dos alunos. Neste caso a migração nordestina é o elo entre a história local, a realidade dos alunos e a proposta do trabalho. Em outras realidades outros aspectos podem ser considerados relevantes. A presença nordestina é uma boa ideia para uma proposta dessa natureza devido a seu alcance na realidade brasileira (sendo os descendentes dessa

migração presentes em muitas das grandes cidades do país), podendo uma proposta com as características que serão apresentadas aqui serem trabalhadas em diferentes contextos.

Importante reforçar que o material desenvolvido pode ser aplicado pelo professor em sua realidade, caso ela tenha semelhança com a que eu estou apresentando (como no caso da migração nordestina) ou pode servir como ponto de partida para que, cada professor a partir de sua realidade, elabore sua proposta pedagógica pensando nos métodos e no passo a passo desenvolvidos aqui. O objetivo é oferecer mais uma opção de atividade a ser aplicada na realidade escolar que trate ao mesmo tempo de elementos da história local a partir das histórias de vida das pessoas que vivem nas proximidades da escola e dos alunos e que funcione como elemento de compreensão do método histórico por parte dos alunos, ou seja, que compreendam como é o trabalho do historiador e saibam, através das entrevistas e construção das narrativas, entre outros procedimentos e métodos, como é a construção da história como ciência.

Este trabalho foi desenvolvido ao longo dos anos de 2020 e 2021, portanto durante o período da pandemia de COVID_19. A intenção inicial era apresentar este passo a passo, descrito ao longo do texto, já executados com os alunos e a dissertação seria uma análise dos resultados. Porém, a pandemia mudou drasticamente o rumo e forçou diversas reelaborações deste trabalho até o seu perfil definitivo. Foram tentadas estratégias para a aplicação a distância, durante as aulas *online*, mas os resultados foram insuficientes. Sem a dinâmica tradicional das salas de aula, não foi possível aplicar essa sequência didática em sala de aula. Tal aplicação será feita em outra oportunidade.

HISTÓRIA LOCAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O objetivo deste capítulo é apontar possibilidades e desafios da história local. Apresentarei, neste sentido, uma discussão bibliográfica com o objetivo de dar uma sustentação teórica para o meu objeto de investigação, isto é, a elaboração de uma sequência didática de história local tendo em vista a experiência da migração nordestina na história do bairro de Irajá.

Os autores e textos que serão apresentados, trabalham com uma perspectiva que questiona o que é o “local”. Abordam de maneira teórica como que devemos definir o objeto local e qual deve ser a relação da história com ele. Devido as múltiplas possibilidades levantei alguns questionamentos trazidos por esses autores e, tais questionamentos, deixam claro a complexidade da questão do “local”. Daí que ao longo desse trabalho em alguns momentos um autor será uma referência mais visível, em outras a referência será outro autor. Um dos grandes desafios é evitar cair nas armadilhas apresentadas pelos autores na relação com a “questão do local”.

Este trabalho tem por objetivo ser uma abordagem de como a história local se relaciona com o ensino de história a partir de um caso específico: a presença de migrantes nordestinos no bairro de Irajá e proximidades na cidade do Rio de Janeiro. Para esta definição, é necessário delimitar o que é “história local”. Temos uma série de abordagens e perspectivas diferentes que explicam o conceito. Algumas serão apresentadas aqui. Importante esclarecer que este trabalho não tem por objetivo fazer uma análise de todas as possibilidades possíveis do termo “história local”, logo algumas possíveis definições ficarão de fora.

1.1 História local

O que é “local”? Em relação a história local, o que a palavra que adjetiva o tipo de história que se pretende produzir significa? As respostas são muitas e variadas, algumas serão colocadas como forma de exemplificar o quão complexo e diversos pode ser algo que a princípio parece simples.

Uma possibilidade é a definição de Pierre Goubert (1988). Para o autor, por “Local” estamos falando da aldeia, a cidade pequena ou média, o local de menor porte, a área geográfica limitada. Goubert ao pensar em "Local" tem em sua mente as aldeias na França durante a Idade Moderna (séculos XV até XVIII). Cidades pequenas ou aldeias, com suas paróquias e o seu entorno imediato, região que poderia ser atravessada com um dia de caminhada (GOUBERT, 1988, p.70). O autor nos lembra que a identidade (e aqui sempre importante ter em mente que Goubert pensava o caso francês) dos habitantes da região estavam ligados ao local. A paróquia, aldeia, a cidade. Apesar de todos se considerarem súditos do Rei, conceitos como os de “cidadão francês” não se faziam presentes nesse momento. Apenas com o avanço dos transportes e a facilidade de locomoção, que permitia a uma pessoa percorrer distâncias significativas em curtos espaços de tempo que essa percepção da identidade ligada diretamente ao local vai se alterar. (GOUBERT, 1988, p.70-71).

Em determinado momento ocorreu uma mudança promovida pela escola dos Annales¹, de uma história positivista para uma que dialogava com outras disciplinas e métodos (aproximando a história de outras ciências sociais) foi o que possibilitou a retomada dos estudos de história local, mas agora em outras bases (GOUBERT, 1988, p.78). Não mais a história das classes altas através dos registros paroquiais que existiam no antigo modelo, mas uma história do cotidiano, da vida das pessoas nas aldeias e pequenas cidades, nas mudanças e permanências que ocorreram nesse espaço, bem como na maneira como eles lidam com sua subsistência, seu entorno, aspectos religiosos, culturais entre outros.

O autor nos mostra também outras características da história local. Trata de como, por vezes, uma pesquisa bem-feita pode contrariar a interpretação geral da história.² Este é um aspecto importante e que é fundamental para termos em mente em qualquer trabalho sobre história local. Ela, não é apenas uma reprodução em escala diminuta e localizada

¹ Movimento historiográfico surgido na França na primeira metade do século XX que propôs uma nova abordagem na história, rompendo com uma lógica narrativa dos acontecimentos e propondo diálogo e colaboração com outras disciplinas e métodos das ciências humanas trazendo diversas atividades humanas para o centro do debate em oposição a uma história meramente política e feita pelos “grandes personagens”.

² Aqui o autor dá o exemplo de como partes do sul e leste da França não estavam submetidas as regras do sistema feudal. p.74-75.

de uma interpretação geral. A história de um bairro, uma cidade, uma aldeia ou um conjunto de bairros tem especificidades e demandas próprias que, por questões locais, pode oferecer soluções diferentes daquelas apresentadas em outras localidades, mesmo que próximas. Dialogar e interagir com outras regiões não significa que as realidades serão semelhantes, soluções diferentes podem surgir em cada um desses contextos e cabe ao historiador ter a capacidade de perceber essa especificidade e compreender como ela se relaciona com a história mais geral e de que forma aquela resposta específica contradiz e convive com uma interpretação mais ampla da história.

1.2 História, região e espacialidade

José D'Assumpção em *História, região e espacialidade*, busca uma abordagem mais ampla que dialoga diretamente com a geografia para trabalhar algumas definições, entre elas a do que seria "história local". Para o autor, é a história do "pequeno espaço", do território menor, inserido em um contexto maior (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.107). A essa conclusão o autor chegou a partir da leitura de Braudel em *O Mediterrâneo*, onde percebe a dificuldade que o autor tem em lidar com as variadas especificidades locais ao pensar o contexto mediterrâneo, e se, por um lado existe uma homogeneidade que é duradoura no tempo, por outro, especificidades locais fazem com que realidades distintas surjam nas variadas regiões mediterrâneas. É para D'Assumpção o estudo dessas especificidades locais, usando o exemplo a partir da obra de Braudel, do que seria uma "história local". Daí fácil concluir que na visão do autor, "local" é aquele que está inserido em um contexto maior mais que possui particularidades que não se aplicam no todo.

Em seu diálogo com a geografia, além da definição já apresentada, o autor aborda alguns conceitos que possuem grande valor para o ensino de história, e podem ser importantes em um trabalho de história local. A definição de "espaço" apresentada é: "área que existe, de tamanho indeterminado, na materialidade física" (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.98). Já "região" é: "unidade definível no espaço, caracterizada por relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios" (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.98). O autor lembra que os elementos que dão identidade a uma região são os mais variados possíveis e não são necessariamente estáticos. Ainda vemos, utilizada pelo autor, a definição de Raffestin, sobre o que é "território":

o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação) o ator territorializa o espaço". Já o espaço, é o "espaço físico, natural" tradicional da geografia (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.112).

O autor nos lembra que a história, ampliando a definição dada por Marc Bloch, é o estudo da ação do homem no tempo e no espaço (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.96). A caracterização de "espaço" aí é importante pois ela nos indica que não basta apenas pensar o homem no tempo, mas é preciso definir em qual território este homem está atuando. Aqui D'Assumpção em diálogo com a geografia lembra dois modelos geográficos diferentes que poderiam ser utilizados para compreender a atuação do homem no espaço. O conceito do alemão Ratzel, um "determinismo geográfico" que dizia que o espaço era o fator determinante da ação do homem e o do francês Vidal de La Blache que trabalhava com a ideia de "possibilismo geográfico" quando a compreensão se dava a partir das possíveis ações do homem diante do desafio imposto pelo meio onde vive³ (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.102).

D'Assumpção também nos traz o conceito desenvolvido por François Dosse em *a História em Migalhas: o de Geo-história*⁴. Esta traz para a história a geografia como uma chave de leitura fundamental. Nesta modalidade historiográfica o espaço deixa de ser apenas um o palco onde as ações dos homens se desenvolvem e passa a ser, ele próprio, um sujeito histórico. (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.103). A obra de Braudel, *O Mediterrâneo*, seria, segundo D'Assumpção, um exemplo do "possibilismo" inspirado nas ideias de La Blache. (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.103).

Para o que nos interessa, "A história local", o texto de D'Assumpção, traz o quanto a obra de La Blache e a ideia de "possibilismo" foram importantes. A partir da contribuição da Geografia, o estudo dos "micros espaços" se tornou uma tendência. Estes,

³ Aqui, apesar da semelhança entre os conceitos eles são diferentes. Para o alemão, o determinismo indica que a resposta não se dá aos desafios do meio, mas é aquele o caminho que deve necessariamente ser tomado na sua relação com o espaço, sendo o espaço o fator determinante. Para o francês é o Homem o fator determinante e sua relação com o meio se dá com este buscando soluções as dificuldades impostas pelo mundo natural. Considero mais o argumento de La Blache pois tenho na minha mente que as diferentes respostas humanas em diferentes regiões aos desafios impostos pelo meio aos humanos, mesmo quando as características do meio são semelhantes, mostram que o fator determinante é o humano e não o meio.

⁴ DOSSE, François. *A história em migalhas*, São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

sendo recortes de comunidades maiores, nacionais ou não, com maior homogeneidade tinham nas características físicas do terreno um ponto de partida para a compreensão da ação do homem dentro daquela realidade. O modelo de La Blache funcionou de forma adequada nas realidades europeias (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.108), porém demonstrou limitações. No caso colonial latino-americano e de outras partes do planeta, o conceito de região⁵ de La Blache foi incapaz de oferecer respostas satisfatórias. Aquilo que funcionou bem na realidade europeia foi insuficiente em outros contextos. Daí ser essa uma das críticas ao modelo de organização do espaço defendido pela escola de La Blache. Porém essa não é a única. Outras críticas estão presentes na maneira estática como a região é pensada em La Blache. Como se fosse algo dado desde sempre, já estabelecido previamente e por onde o historiador apenas se debruçava para compreender e estudar (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.109). Isso é um equívoco. Quem define o que é a região, quem faz o recorte e delimita o espaço que será objeto de estudo, é o historiador.

Devemos ter em mente também que toda organização do espaço feita pelos homens: municípios, bairros, regiões administrativas, limites entre territórios, são sempre arbitrárias, desta forma cabe ao historiador fazer o recorte que vai demonstrar qual o espaço que ele pretende delimitar em seu estudo. Sem esquecer a interferência profunda que a humanidade pode fazer em determinada realidade geográfica. Logo essa não é estática, pelo contrário, é sempre dinâmica e está sempre em mudança. Desta forma definições que se aplicavam em uma realidade não funcionavam em outras, que se aplicam em um período histórico perdem sua funcionalidade em outro. Sem contar outras questões como as de natureza econômica ou cultural que podem perpassar diferentes divisões administrativas, ou limites de bairros, municípios ou até países. Em outras palavras, a complexidade da vida humana não pode ser encerrada ou limitada por definições e divisões políticas que o próprio homem estabelece sobre os espaços onde ele vive. Dessa forma, outras abordagens podem ser pensadas para lidar com essas realidades mais complexas. Uma delas é o conceito de “espacialidades superpostas”⁶ (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.111).

⁵ Região em La Blache era basicamente uma unidade administrativa que possuía certa homogeneidade em relação as atividades nesse espaço realizadas e suas características espaciais e climáticas. Era um espaço relativamente estável.

⁶ Estas espacialidades significam que a existência é recortada por diversas espacialidades específicas cada uma tendo um critério para sua definição e tais se sobrepõem devido à complexidade da realidade. Pensando

D'Assumpção ainda lembra os conceitos de Raffestin de “espaço” e “território”⁷ sendo estes conceitos ainda pouco utilizados ainda por historiadores. O texto apresenta outras etapas sobre o trabalho do historiador e os recortes que este precisa fazer, tanto no tempo quanto no espaço para delimitar sua pesquisa, porém, para nossa abordagem de história local, o que foi escrito até aqui é o suficiente.

1.3 A questão local

Alain Bourdin, em *A questão local*, trata de inúmeras possibilidades de trabalho em relação ao que pode ser definido como “local”. Seu ponto de partida é: existe um objeto local? (BOURDIN, 2001, p.17). Daí diversas possibilidades são apresentadas pelo autor, debatendo aquilo que pode ser chamado de “local” e se estas classificações são pertinentes. Naquilo que o autor chama de “vulgata localista” temos a ideia radical de local. Este local, estático, enraizado, é caracterizado a partir de três premissas que fundamentam esse vínculo social e o local: a divisão do trabalho social, o sentimento de pertencimento aquele grupo de pessoas e o viver junto partilhando do mesmo cotidiano. Ou seja, a afirmação radical do local, se dá a partir de uma valorização das entidades comunitárias locais (BOURDIN, 2001, p.26). Porém, de onde veio essa valorização do “local”? O autor nos lembra que nas ciências sociais ao longo do século XIX e em partes do século XX o “local” e o “regional” eram alvos de desconfiança, embaraço e rejeição. Existia uma tentativa de compreender as sociedades a partir de certas dimensões e explicações totalizantes que pensavam sempre em nível macro. Era o Estado, a classe

no caso de Irajá, se estou na altura da Avenida Brasil, em um ponto de ônibus próximo ao prédio do INSS, posso pensar diversas espacialidades que recortam e sobrepõem aquele espaço e minha presença nele. Posso pensar a rede de transportes que me liga ao centro, zona oeste e regiões da zona norte do Rio de Janeiro. Posso pensar como a socialização dos condomínios próximos de onde estou se dá de uma forma e a socialização em direção às comunidades do outro lado da avenida Brasil se dá de outra forma, posso pensar a delimitação do espaço por seu recorte administrativo, o bairro de Irajá, e se andar poucos metros em algumas das direções possíveis sairia do bairro e iria para Coelho Neto, Acari ou Jardim América. Sem contar um “recorte” que estabeleça a avenida Brasil como o local a ser estudado, ou a avenida Brasil na altura de Irajá, ou a avenida Brasil entre a antiga linha férrea Rio D'ouro (atual linha 2 do metrô) e a altura da Rodovia Presidente Dutra. As possibilidades e critérios utilizados para este recorte são infinitas. Estando presente naquele local, eu estou presente em vários locais ao mesmo tempo e cada qual depende do critério que vou estabelecer como “recorte” para este espaço.

⁷ Citando Claude Raffestin: "o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação) o ator territorializa o espaço". Já o espaço, é o "espaço físico, natural" tradicional da geografia. (D'ASSUMPÇÃO, 1995, p.112)

social, a democracia, ou seja, aquilo que caracterizava, totalizava e padronizava certas concepções (sejam políticas, filosóficas etc.) portanto as questões relacionadas ao local estavam ocultas. Daí que quando tais abordagens começaram a ser questionadas - aqui podemos trazer a memória a *guinada subjetiva* de Beatriz Sarlo sua abordagem será explicada mais a frente - surge uma outra perspectiva que tenta compreender os processos sociais a partir de uma análise da “base”, ou seja, uma análise que permite compreender o todo observando aquilo que é local, costumeiro, cotidiano (BOURDIN, 2001, p.27). Este local passa a ser, por excelência, o campo possível da atuação humana, o Estado passa a ser apenas o garantidor da proteção exterior e garantidor da ordem, mas as decisões são tomadas em nível local/regional.

Pensando aquilo que o autor chama de “evidencia da falta” partimos para uma compreensão do que seria o “local necessário”, este é o local que é essencial, normalmente uma projeção realizada por aqueles que migraram e tiveram que abandonar seu local de origem, e na diáspora, sentem a falta de onde vieram como contraponto ao local onde estão atualmente (parte desse trabalho tratará da presença de uma comunidade de migrantes nordestinos na região de Irajá, este sentimento é presente nos relatos recolhidos junto a essas pessoas). A partir dessa formulação, o autor parte para um conceito de “antropologia localista” que se desdobra em três direções teóricas possíveis: a cognitiva, a interacionista e a naturalista (BOURDIN, 2001, p.32).

O “local cognitivo” é aquele onde o homem se define e se constrói como sujeito a partir do seu entorno imediato. Tal entorno é ao mesmo tempo material, ou seja, está relacionado àquilo que é concreto na sua existência (como casas, ruas, os aparelhos urbanos que ele frequenta como praças, escolas etc.) e social (ou seja, a interação com as demais pessoas em sua proximidade). Ambos são indissociáveis (BOURDIN, 2001, p.34). Todos, independentemente da relação que tenha com o território, tem no território do qual se sente parte um elemento fundador de sua identidade e sentimento de pertencimento, porém, precisamos evitar cair em uma armadilha que sugere a imobilidade e continuidade deste território e suas espacialidades. As espacialidades são diversas e estão continuamente em mudanças, se transformando e se entrecruzando. Desta forma, mesmo o território originário está em constante transformação e as identidades pertencentes a este território também se transformam.

Já o local Interacionista define que nossa identidade é formada a partir do viver junto (BOURDIN, 2001, p.34), e esse viver junto somente é possível a partir de um lugar, sendo, portanto, o local aquele que possibilita a ação do homem e desta forma o viver junto. “Todo grupo de pertença é por princípio associado a um território” (BOURDIN, 2001, p.35). É o viver junto que permite a construção social do sentido baseado na vida cotidiana e, por sua vez, é essa construção de sentido em grupo, que caracteriza uma comunidade de pertencimento. É a interação que forma a identidade.

Já no “território natural” voltamos a ideia do possibilismo geográfico do já anteriormente citado Vidal de La Blache. Este possibilismo diz que a geografia condiciona o território (ou seja, possibilita) de tal forma que a organização do território se dá sempre pela possibilidade que o mundo natural permite aos humanos. É a Geografia o condicionante para a ação do homem no espaço. Daí, o autor nos lembra que muitos promotores de políticas públicas para o meio ambiente, pensam não as divisões políticas ou históricas para suas proposições, mas as questões da natureza, para propor uma política pública (BOURDIN, 2001, p.40).

O que é o local herdado? Como é e quais as categorias utilizadas pelo autor para tratar desse tipo de local? De cara, podemos ter a noção de que para esse tipo de local, não é preciso nenhum tipo de explicação ou referência antropológica. Basta a história. Nesta concepção, onde a história é suficiente para explicar o local e sua importância, temos o quanto o passado é relevante e se faz presente de maneira determinante sobre o presente, a ideia de que as sociedades evoluem ao longo do tempo de locais mais estáveis e fincados no território, de pequeno alcance, para conjuntos maiores e mais complexos onde a relação com o território é menos imediata do que era anteriormente. Sendo assim, o elemento fundador da identidade é a herança do passado existente na vivência naquele local (BOURDIN, 2001, p.42). A partir dessa constatação o autor propõe três perguntas sobre a questão do “local herdado”: “Como este local herdado age sobre as realidades presentes? Como se transformou e se transforma? Que atitude tomar em relação a ele?” (BOURDIN, 2001, p.42). Para a questão da importância do “local herdado” o antropólogo e o historiador vão oferecer respostas diferentes. O antropólogo oferece as seguintes respostas:

à herança do passado é fundadora, portadora de estruturas (ou traços de identidade) imutáveis que constituem a referência do aqui e do agora; essas

estruturas ou traços de identidade se transformaram e se transformam após acidentes equiparados a operações cirúrgicas, amputações ou enxertos: estas podem ter pleno êxito, podem deixar sequelas ou causar a morte. Qualquer mudança, mesmo quando considerada posteriormente como positiva, é uma agressão que incrimina uma totalidade e uma permanência. Se esta não é resguardada, a consequência ou é uma nova totalidade que tem vocação a permanência, ou a desorganização radical. As únicas atitudes possíveis para com essa herança são a reverência e a conservação ou a revolta prometeica (BOURDIN, 2001, p.44).

Já o historiador privilegia as interações humanas e os fenômenos de diferentes ordens (econômico, religioso, jurídico...) sobre os quais atuam os atores individuais e coletivos. As histórias ocorrem devido as possibilidades apresentadas na relação dos homens no tempo e no espaço, desta maneira são os diferentes arranjos promovidos pelos homens e suas relações que permitem a caracterização do local e de suas especificidades. De tal maneira que diversos arranjos humanos organizados em diversos momentos da história são capazes de atravessar o tempo e se ressignificarem produzindo mudanças, mas mantendo características próprias e específicas que dão a um local sua identidade e que fazem com que tais características sejam próprias dos arranjos organizados naquela localidade específica. As mudanças ocorrem sempre ao longo do tempo e as instituições criadas pelos homens são ressignificadas (BOURDIN, 2001, p.45). Daí o necessário rigor metodológico para tratar do assunto, três questões de método são pensadas pelo autor: no caso de pensarmos um “sistema local” se por um lado temos a facilidade da compreensão e percepção de como as mudanças quando ocorrem acontecem de forma integrada, já que, citando J.C LUGAN (1984) existem subsistemas autônomos que se articulam com outros sistemas em nível local. Por outro lado, existe um risco de afirmação radical do local, quando este é pensado sistemicamente a partir do território, sendo este estável e de mudanças muito lentas (BOURDIN, 2001, p.46-47). A outra questão é sobre a “sociedade local”, sobre essa o autor apresenta o seguinte posicionamento:

Por isso é preciso definir o que entendemos como sociedade local, em particular nos casos semelhantes: será que se trata de uma configuração social que se fundamenta e se organiza por si mesma e neste caso as semelhanças seriam devidas apenas a dos contextos, ou então não será ela apenas uma organização que procede de outras organizações? Essa sociedade local integra o conjunto da vida social ou não se refere apenas a certos aspectos seus, e neste caso, qual seriam? Aos que consideram a sociedade local como uma evidência globalizante, devemos responder que, no contexto atual, em todo caso no das grandes cidades ou metrópoles, falar de sociedade local não tem mais sentido? Eu mesmo encontrei a sociedade local estudando Rennes, Nantes, Bordeaux ou Bayonne, que certamente não são cidades mundiais, mas não tenho certeza se a noção de sociedade local tem alguma significação em Los Angeles, uma vez que a questão é saber qual? (BOURDIN, 2001, p.47-48).

Ainda existe a terceira questão que é pensar uma entidade local como um ator próprio e atribuir a ela características, estratégias e personalidade. O autor lembra que ao fazer isso, seja por comodidade, facilidade de compreensão ou de raciocínio, muitas vezes não se teoriza sobre o tema e ele é tratado como um sujeito em si (BOURDIN, 2001, p.48). Todas essas perspectivas do “local herdado” acabam por desdobrar em uma concepção patrimonialista do local.

A ideia de patrimônio é relativamente recente na história, surgindo na Europa no século XIX em um contexto em que os Estados europeus começam a acumular obras de arte e construir ou restaurar monumentos históricos, tal comportamento é típico de uma sociedade em busca da construção de uma(s) identidade(s). Neste contexto surge toda uma cultura ligada a manutenção e cuidado desses equipamentos, sejam as obras de arte, sejam os monumentos históricos. Porém ocorre também resistências a este processo, citando RUSKIN e RIEGL esses tratam a restauração de um prédio ou monumento histórico como uma agressão a historicidade do edifício.

O que é o patrimônio? Em linhas gerais, um objeto, aparelho público ou construção que se caracteriza por seu valor estético e exemplar. A “autenticidade” e a “unicidade” (ou seja, a ausência de transformação, manutenção da sua originalidade e sua antiguidade)⁸ é o que valorizam algo digno de ser tratado como “patrimônio”. Esses possuem valor neles mesmos independente de sua razão e objetivo original. Desta forma o local se forma a partir de uma referência patrimonial que localiza e identifica esse local, para esta definição o patrimônio pode ser tanto material como imaterial (BOURDIN, 2001, p.50).

Até o ponto anterior, o autor nos lembra que o “local” descrito é sempre um objeto inserido na realidade de forma dada, automática e se impõe por seu caráter natural, ou sua necessidade antropológica ou ainda por sua duração no tempo. Porém, outra abordagem possível é aquela que trata do “local” como uma categoria de análise ou a um meio de

⁸ O senso comum, diante de um prédio antigo e que muitas vezes destoa do ambiente onde está inserido atualmente (como a Igreja da Candelária próximo aos arranha céus da avenida Presidente Vargas e da avenida Rio Branco) trata esta construção como “histórica” como se, por seu caráter “histórico” ela tivesse maior valor e importância do que as demais, ignorando o fato de que toda a construção tem a sua historicidade.

responder a demandas colocadas pela sociedade. Jacques Levy (1994) apresenta 4 possibilidades de análise:

o encravamento, quando a distância é infinita, a ubiquidade, quando diversos meios, por exemplo, tecnológicos, permitem aboli-la completamente, a co presença, quando a distância é reduzida ao mínimo, e a mobilidade quando a distância é levada em consideração e procura-se limitar-lhes os efeitos. (BOURDIN, 2001, p.50)

Daí que tal abordagem acaba por desdobrar em outros dois pontos: o local é uma categoria que se aplica a objetos diversos e em constante mudança, não uma realidade dada, imutável e estagnada no tempo e a localidade é uma construção social contínua (BOURDIN, 2001, p.51). Essa abordagem sobre o local, aumenta a relevância da ação política na organização dos territórios. Já que o local (organizado de forma política nas suas subdivisões, bairros, municípios etc.) se torna um meio onde é possível tratar problemas de natureza política, social e econômica ao mesmo tempo, os recortes territoriais que estabelecem os objetos locais, funcionam como uma possibilidade de determinada sociedade se definir e expor sua visão de mundo.

No trecho “sociedade civil e localidade”, o autor lembra desse conceito de “sociedade civil” que havia caído em desuso, mas vinha se recuperando ao longo dos últimos anos. As concepções já conhecidas sobre sociedade civil de Hobbes, Adam Smith, Hegel, Marx e Gramsci aparecem rapidamente citadas pelo autor. Na contemporaneidade a sociedade civil somente pode ser pensada a partir da localidade ou de forma localizada, o autor dessa forma traz a perspectiva de Albert Mabileau (1985) que diz que uma das mais importantes funções de um governo local é ser o mediador entre a sociedade civil e o Estado (BOURDIN, 2001, p.54), ou seja, entre a esfera de sociabilidade local e o poder constituído em uma escala superior (em nível federal, estadual, enfim). Outra maneira de abordar o local é sua organização político administrativa, aqui trata da divisão meramente política dos "departamentos" franceses (essa realidade se aplica ao contexto francês, apesar disso, não nos impede de utilizar o mesmo método de análise para pensar outras realidades, como a brasileira). Através das demandas locais e das questões do cotidiano os departamentos são organizados como o ente político administrativo que possibilita a resolução de problemas e questões da vida cotidiana, lidam com as esferas maiores da administração (basicamente o governo federal). Este local é onde os atores sociais lidam com suas necessidades mais imediatas, realizam suas trocas, se relacionam e criam os mecanismos que possibilita o

relacionamento com outros entes federativos e outras instituições como as empresas, clubes, escolas, igrejas etc. (BOURDIN, 2001, p.54-56).

O autor pensa as questões ligadas a “localização”. Como ponto de partida ele apresenta três obstáculos: primeiro, a "substantificação", o espaço visto como algo imutável, universal. Segundo reduzir tudo a questão local, como se, para explicar ou compreender determinada realidade fosse sempre necessário reduzir a escala ao local, somente assim se acessaria determinada realidade e terceiro, a ideologização da questão local, ou o local visto como "campo de resistência" ao universalismo, como se deliberadamente as pessoas se voltassem ao local como uma maneira de contrapor o universal. Para superar a conjuntura dita acima é necessário se interessar menos por "entidades" locais (culturais, políticas, sociais) e mais por processos, a ação do homem no espaço e como a relação com esse espaço é construída (BOURDIN, 2001, p.157-158).

Em relação a ação e o lugar temos a ideia de mobilidade como ponto de partida, citando Tocqueville: no sistema de antigo regime, a presença física próxima entre padrões e domésticos ocorre porque seu lugar social é imutável, no "estado social democrático" a possibilidade de mobilidade é uma das garantias essenciais de sua existência e uma de suas principais bandeiras⁹.

Nas sociedades contemporâneas, uma escolha de localização, será baseada em uma variedade de critérios dos quais estão presentes questões de natureza econômica (custos de moradia), transporte, acesso a bens públicos e recursos (pessoas e empresas levam estas e outras características em consideração na hora de se instalar em determinado local). O lugar precisa ser funcional para determinada ação (morar, trabalhar, se divertir etc.) e permitir ao seu usuário (proprietário ou locador) o controle da possibilidade de suas ações. Existem também critérios subjetivos como nostalgia (lugar onde morou na infância), beleza do local, sentimento de segurança, familiaridade, "amor à primeira vista" e outros. O objetivo precede o lugar, ou seja, primeiro se tem em mente tudo que é necessários conforme determinados critérios estabelecidos, para se viver, trabalhar, morar etc. Depois se busca um lugar que seja adequado a estes critérios. Daí

⁹ Ainda que a realidade seja mais complexa e essa potencial mobilidade é limitada por N fatores, pensamos o caso dos negros nos EUA das leis Jim Crown, não entrarei nesse tema aqui, mas apenas deixo claro que tal possibilidade de mobilidade é extremamente limitada e, antes de tudo, mais propaganda do que fato.

que a localização é necessariamente um fenômeno instável e universal, a relação entre a localização e os objetivos estabelecidos pelo ator social (empresa ou pessoas ou ainda qualquer outro, não importa) são múltiplas e raramente se limitam apenas a utilidade do lugar em relação ao objetivo (BOURDIN, 2001, p.158-159).

No trecho onde trata da “localização para ganhar” o autor pensa como a localização tem função de ganho seja de natureza econômica ou social para o ator que pretende atuar em determinada localidade. Dessa forma algumas ações, associadas a um lugar preciso, permitem ganhos de natureza econômica, moral, social etc. Por exemplo: produtos ligados a uma determinada região, que valorizam sua origem e ligação com aquela região como meio para valorizar o próprio produto ou pessoas que atuam em nível local, e como forma de aumentar seu capital social naquela região, valorizam a região e/ou seu vínculo com o local. Ambas as descrições acima estão na categoria daquele que utiliza da localização para o seu ganho (BOURDIN, 2001, p.162-164).

Em localização para poder agir, a localidade oferece várias possibilidades de ação do(s) indivíduo(os) no local. Uma delas é a ação baseada em critérios de lealdade onde membros organizados agem para auxiliar alguém de seu grupo em situação de desvantagem. Tal ação se dá em parte pelo critério da lealdade e da ajuda a um membro do grupo em dificuldades, mas também ocorre porque é o comportamento que se espera do indivíduo dentro daquela sociabilidade. Dessa maneira o custo social de não ajudar o outro pode ser prejudicial a sua sociabilidade de tal forma que é melhor ajudar do que não, o caso do apoio mútuo entre religiosos de um mesmo grupo, membros de uma mesma família ou vizinhos se encaixam nesse exemplo. Aqui o local e suas características, possibilitam uma ação com o objetivo de chamar a atenção para esse mesmo local, ao mesmo tempo, esperado é do que vive nesse local certo tipo de comportamento que o faz participante e identidade neste mesmo local. Assim a ação visa trazer a luz ao local e as possibilidades de trocas e vivências nele existentes. Exemplo: quando manifestantes do subúrbio francês querem se fazer ouvir, queimam carros como forma de protesto, e assim conseguem cobertura televisiva, o local possibilitando e condicionando a ação.

Pensar o lugar como contexto da ação é a ideia do local e da "redes de comunidades", são os "territórios redes". O local é, por causa da possibilidade de produção ou acesso a recursos, dessa forma possibilita o encaixe e a participação em uma

rede produtiva e sua lógica respeita uma ideia de natureza econômica, de comodidade para a circulação ou de critérios estabelecidos a partir da organização espacial e estrutural baseada nas especificidades ali existentes, exemplo: alguém que mora nas proximidades da Avenida Brasil, por exemplo no bairro carioca de Irajá, tem mais facilidade para se deslocar em direção à zona oeste ou centro através do transporte coletivo, do que para outras regiões do mesmo bairro. Isso se dá por causa da rede de transportes organizada naquele local que facilita e promove certos padrões de movimentação urbana, enquanto inibe outros. Então para trabalho, lazer, compras ou outros fatores, a relação se dá mais com o que é facilitado pela avenida Brasil, do que pela proximidade e/ou distância dentro do bairro. Como exemplo aplicado na realidade dos alunos é o fato de, entre alunos e familiares que moram no Amarelinho, Acari e partes de Irajá é mais comum frequentarem o Shopping de Guadalupe (que fica na Avenida Brasil, no bairro de Guadalupe) do que o de Irajá, isso se dá porque apesar da distância maior ao Shopping de Guadalupe o ônibus pega na porta e deixa na porta enquanto para chegar ao Shopping de Irajá é necessário alguns minutos de caminhada depois de descer do ônibus, dessa forma temos a rede de transportes como um fator condicionante mais relevante do que a distância entre as casas dos alunos e os shoppings em questão. (BOURDIN, 2001, p.166-169).

Para o autor, a especialização e diversificação dos bens, favorecem determinada localização, equipamentos públicos, espaços como praças, shoppings, teatro, escola, museu, universidade, clube, bar, qualquer coisa, tem o poder de valorizar e categorizar uma determinada localidade. Esta por sua vez acaba sendo identificada a partir de tal equipamento e ele molda o local ao mesmo tempo que serve como referência. Estão ligados a vida diária e ao consumo e, fundamentalmente, são produzidos na contemporaneidade. A ausência de tais serviços pode funcionar também com o efeito oposto, o de desvalorizar tal localidade, (o caso do Rio de Janeiro e a má distribuição dos equipamentos públicos na cidade entre as zonas norte, sul, oeste e o Centro é emblemático) ou de criar contratempos para os moradores de uma localidade que precisarão deslocar grandes distâncias para usufruir de tal bem público. Um dos desdobramentos contemporâneos desse modelo de equipamento público é a privatização, tais bens públicos, que antes ficavam na fronteira entre o público e o privado, a partir do momento em que se tornam privados a relação da população com ele se torna uma relação de mercado (BOURDIN, 2001, p.169-172).

Sobre a identificação dos lugares o autor coloca que atribuir características particulares aos locais permitem que eles sejam identificados com maior facilidade. Podem ser geográficas como montanha, vale, litoral, rio (apesar de que o rio que separa 2 margens e localidades é o mesmo que une pelo transporte), históricas (acontecimentos que ocorreram em determinados locais, exemplo: Campo de Santana, local da Proclamação da República, aclamação de Pedro II no Paço imperial), e recortes institucionais como as fronteiras de um município (BOURDIN, 2001, p.172-175).

As ideologias do cotidiano são aquelas que se contrapõem as ideologias totalizantes, que valorizam aspectos do local e da característica do local como uma característica da identidade dos habitantes daquela região (uma determinada festa ou comemoração ligada a uma região que passa a ser tratada como formadora da identidade de quem vive naquele local por exemplo), porém tal valorização é diretamente ligada a utilidade que este local possui. Daí que a vivência nesse local está diretamente relacionada ao que este pode oferecer em relação aos seus recursos e possibilidades. A valorização desse local é ligada as possibilidades de trabalho, consumo, sociabilidade, ou seja, tudo aquilo que permite ao sujeito um controle e organização do seu cotidiano. Por isso, esse local será cada vez mais valorizado, conforme oferece e amplia a oferta de serviços e produtos no seu entorno, possibilitando assim o já dito controle e organização da vida cotidiana (BOURDIN, 2001, p.175-178).

Em “*A estabilidade da localização*”, Bourdin trata dos critérios que oferecem estabilidade/instabilidade a um determinado local. Sabendo que necessariamente as relações entre os locais e os objetivos são instáveis por causa de sua natureza complexa, multidimensional e polissêmica, o autor nos lembra que a questão é controlar a instabilidade trazendo a um patamar minimamente aceitável (já que é impossível eliminá-la). Daí o desafio: garantir um grau razoável de flexibilidade (o que é até desejável) ao mesmo tempo que evita a instabilidade extrema. Mas, quais são os perigos da instabilidade? É exatamente não permitir as pessoas/empresas, alcançar os objetivos propostos por sua atuação pública, ou ainda não garantir aos moradores do local altamente instável as condições mesmo que mais básicas do controle do seu cotidiano, das condições de sociabilidade e do acesso a consumo ou trabalho. Dessa forma algum grau minimamente confiável de estabilidade é fundamental a um local. É necessário que exista certo grau de mobilidade e de flexibilidade, mas indispensável ser minimamente estável

para que as pessoas e empresas possam planejar o que farão em determinadas regiões. Uma instabilidade muito grande diminui a capacidade das pessoas/empresas de se encaixar, se adaptar ao local, e, em casos anteriores, impede que se mudem para certo local. Daí que a relação das pessoas com o local depende do grau de estabilidade que esse é capaz de oferecer. Um local muito instável tira das pessoas o interesse de tentar qualquer ação e relacionamento com ele, já que ele não permitirá que os objetivos sejam alcançados (tanto por empresas quanto por pessoas) nem garantirá um controle sobre o cotidiano. Mas, por que existem pessoas que aceitariam viver em um local altamente instável? Isso se explica por que existem aqueles que vivem em determinado local por pura necessidade devida suas restrições de natureza econômica, para esses o local não é uma escolha, é inviável sair dali, portanto precisam ajustar o seu viver da melhor maneira possível (BOURDIN, 2001, p.178).

Quais são os critérios que possibilitam a estabilidade? O que dá a um lugar estabilidade ou não? Ações de longo prazo tendem a estabilidade, de curto prazo são mais instáveis. A estabilidade da localização depende muito das características da ação e dos atores que a executam. Se existe uma tendência a instabilidade, essa tende a aumentar. A pessoa/empresa quando entra em determinado local estável e com regras estabelecidas, precisa se encaixar nessas regras para se beneficiar, geralmente, essa é uma característica típica de locais estáveis. O que vale mais a pena? Instalar uma empresa em uma região que tem como único atrativo as vantagens fiscais (desoneração) ou onde ela tem um mercado e um ambiente vantajoso para suas ações? A primeira opção deixa a empresa refém das condições imediatas de curto prazo e, caso as condições mudem, tende a instabilidade. Já a segunda sugere estabilidade pois possibilita o planejamento e a execução de ações de longo prazo, que tendem a ser mais estáveis (BOURDIN, 2001, p.178-183).

O autor, propõe uma ampla mudança de perspectiva para a questão local: o abandono do paradigma do local imutável e das entidades locais. Nessa perspectiva o local é um espaço físico, pré-determinado, “natural” e os atores sociais agem nesse espaço e se relacionam com ele. No que é proposto pelo autor a questão local é pensada a partir da localização. A localização forma e é formada pela ação dos atores no local. As identidades e características ali surgidas, surgem nesse contexto. O lugar é construído e reconstruído em função das ações que nele ocorrem, e esse processo contínuo de ação dos

atores sociais em determinados espaços e em função desses espaços é que forma o “local” como o espaço construído pela ação e que possibilita a ação (BOURDIN, 2001, p.183-187).

Para este trabalho a proposta de pensar a questão local a partir da localização, sendo essa consequência da ação dos sujeitos que vivem e convivem naquele território, é fundamental. O que será proposto aqui é que aquela região da cidade do Rio de Janeiro (bairro de Irajá e partes do seu entorno imediato) foi configurada nas últimas décadas a partir, entre outros fatores, da enorme migração nordestina. Esses migrantes e suas experiências, vivências e convivências são os sujeitos que vão construir aquela localidade e serão por ela influenciados formando ali sua identidade que, sem dúvida é carioca e suburbana, mas tem na origem nordestina parte fundamental. O local é ao mesmo tempo construído pelos sujeitos, mas, também passa a ser um formador da identidade e das possibilidades de vida daqueles que vivem na região.

1.4 Desafios da história local

Já Erinaldo Cavalcanti no seu artigo *História e história local - Desafios, limites e possibilidades* nos lembra alguns desafios para o uso da história local.¹⁰

No primeiro ele aborda o risco de tratar a “história local” como uma “história pequena”. Pequena não por uma suposta falta de importância, mas no sentido de estar localizada e se completar em uma extensão territorial reduzida. Nesse sentido a história local seria aquela de curto alcance, onde as consequências da ação do homem no tempo e no espaço ficassem limitadas a um âmbito de reduzida extensão territorial. Daí que a conclusão sobre as dificuldades impostas a esse desafio são muitas. Como definir o que é “local”? Se dá em nível municipal? Bairros? Ruas? Sempre haverá uma escala diferente onde a definição pode ser aplicada. Sendo assim, como definir o “local”? O que é esse “local”? As respostas estão em aberto e, apesar de todas as dificuldades e limitações, não significa que o uso do conceito não possa ser feito (CAVALCANTI, 2018, p.278).

Outro desafio é o de tratar como história do entorno. Que seria uma história da proximidade, daquilo que está perto. Porém, se coloca de maneira imperativa a pergunta: próxima de quem? De que? Qual o eixo entorno do qual essa história se desenvolve? Lembrando o já citado anteriormente, Bourdin, o local é o espaço privilegiado da análise das relações entre pessoas e de pessoas com o território. Daí que o local sempre é uma construção, uma consequência dessas relações. Por ser consequência, ele somente se torna possível de existir e ser estudado se analisado como um espaço em permanente construção. Daí o risco de imaginar, pensando uma história do entorno, que existe uma história local, de determinada região ou território pronto a ser revelada e basta a consulta das fontes (principalmente as orais através dos moradores ou pessoas que circulam na região que é objeto de estudo) que permitirá o acesso a tal história. É necessário evitar cair nessa armadilha (CAVALCANTI, 2018, p.279-280).

O terceiro desafio apresentado é o de evitar pensar a história local como conjunto coeso e reduzido de relações que permitiria, por essa coesão e limitação, o estudo da

¹⁰ O autor apresenta uma breve exposição sobre se o “local” é um conceito ou não. E, ao defender o uso de “local” como um conceito, apresenta os desafios para a utilização deste conceito.

totalidade das relações ali produzidas. A ampla gama de possibilidades de análise nos mostra que isso é impossível. Não tem como se estudar a totalidade das possibilidades de relações estabelecidas em um lugar, por mais diminuto que ele seja, daí a necessidade de estabelecer pontos de partida através da análise de um aspecto específico da sociabilidade de determinado local. Este equívoco pode levar a outro, o risco de pensar a história local como fechada em si mesma de maneira que para ser compreendida basta o estudo dela e sobre ela sem pensar as relações que ela estabelece com outras regiões através de redes que as integram e, principalmente em um contexto de mundo globalizado, pensar as relações com os mais variados espaços, meios e grupos possíveis que serão capazes de influenciar de variadas formas as relações de determinado local (CAVALCANTI, 2018, p.280-281).

O quarto desafio é o que trata do risco de uma história local como uma história determinada pelo espaço geográfico. Esse parece ser um dos riscos mais claros, devido à natureza da relação entre as palavras “local” e “espaço”. De certo modo, no senso comum, elas funcionam quase como sinônimos e essa semelhança sugere que a “história local” pode ser pensada como uma “história espacial”. Daí que existe algo que, apesar de óbvio, muitas vezes nos escapa: a história é, lembrando Marc Bloch e José D’Assumpção, a ação do homem no tempo e no espaço. Sendo assim, sempre haverá uma “espacialização” ou uma “localização” da ação do homem. Sempre essa ação parte de um ponto, um local na Terra (planeta).¹¹ Daí o risco de pensarmos a ação do homem localizada em determinado território e isso ser tratado sempre como “história local”. O que define o “local” é o alcance da ação e suas consequências, não é sobre o tamanho do espaço ou território onde a ação ocorre, mas sobre a dimensão política e o alcance do acontecimento¹² (CAVALCANTI, 2018, p.282).

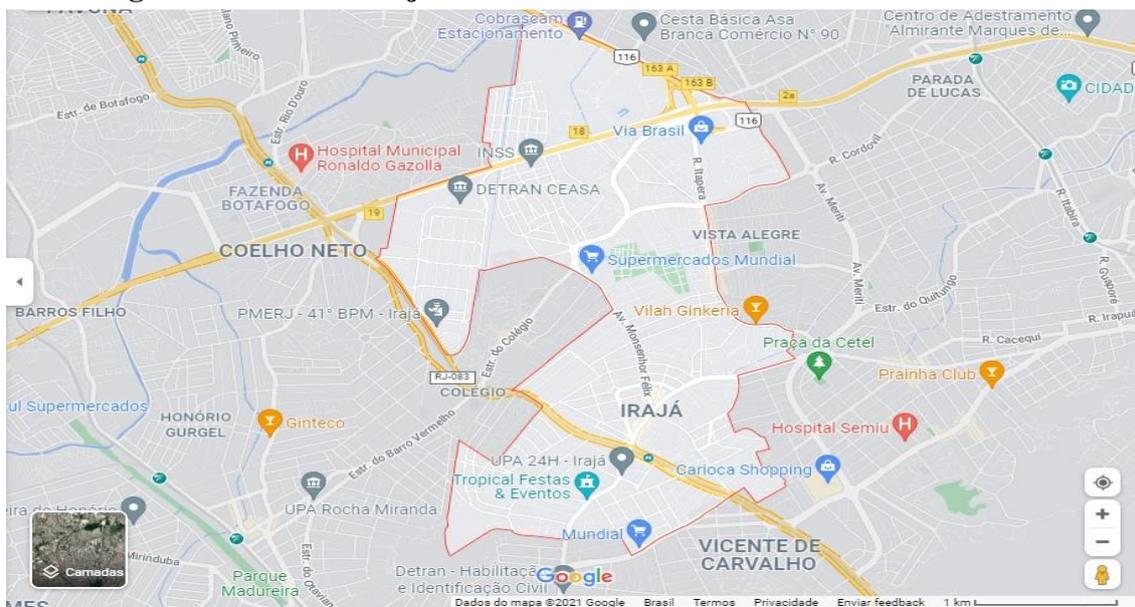
O último dos desafios é o de tratar a história local como um desdobramento ou uma extensão da história “não local”. Nessa abordagem a história local é pensada como

¹¹ Pelo menos por enquanto, é possível que em breve a ação do homem se dê além do planeta (as experiências humanas no espaço já são históricas porque entram exatamente na definição do que nos diz José D’Assumpção) mas o que quero dizer aqui é que em um futuro talvez não tão distante os humanos serão cada vez mais presentes no espaço (fora do planeta Terra).

¹² Eis um exemplo: decisões tomadas por políticos na escala federal da administração pública tem consequências e desdobramentos em todo o Brasil, apesar da ação ser realizada na capital federal, Brasília. Outro: um programa de TV da modalidade *reality show*, faz muito sucesso e gera muitos debates no país sobre questões comportamentais e de natureza política. A ação dos participantes do programa se dá em uma região da cidade do Rio de Janeiro, mas as relações entre as pessoas na casa onde acontece o programa tem alcance e repercussão nacional.

uma história em miniatura, consequência e desdobramento daquilo que ocorre em uma escala maior (regional, nacional, mundial?) e, para se acessar a história “maior” é necessária uma perspectiva que trata do local (ou melhor, dos locais) como se fosse partes de um quebra cabeça e a montagem desse quebra cabeça permitiria a construção da história (CAVALCANTI, 2018, p.282-283). Importante tomarmos cuidado para não confundirmos “local” com “lugar”. Se no senso comum ambos funcionam como sinônimos, no caso do trabalho historiográfico é importante a diferenciação. “Lugar” é o território, o espaço delimitado geograficamente. Já o “local” é formado a partir das relações entre as pessoas dentro de determinado espaço delimitado pelo historiador. O local, que precisa ser pensado historicamente, somente faz sentido a partir do recorte feito pelo historiador quando este produz um trabalho historiográfico. Logo ele é necessariamente uma construção histórica.

1.5 Diálogo teórico entre o objeto e os conceitos



Mapa atual da região de Irajá, com destaque aos limites do bairro. Perceber a proximidade de outros bairros como Coelho Neto, Colégio, Fazenda Botafogo e Acari (onde está indicado no mapa o Hospital Ronaldo Gazolla). Estes bairros têm como eixos norteadores de transporte a Avenida Brasil, a ferrovia (através da linha 2 do MetrôRio) e a Avenida Pastor Martin Luther King Jr (cujo traçado é beirando a linha 2 do metrô). Imagem: Google Maps.

Este é um trabalho que pretende abordar uma perspectiva da história local como ferramenta para o ensino de história. História local, aqui compreendida, como a história de pessoas que estão localizadas, são moradores, vivem, em determinada região da cidade do Rio de Janeiro. Esta região está determinada a partir de um eixo central, a proximidade com a Avenida Brasil na região dos bairros de Irajá, Coelho Neto, Acari (que são os bairros onde moram a maioria dos alunos da escola), mas podem aparecer também bairros

como Colégio ou Costa Barros. Outro ponto fundamental é a origem dessas pessoas. Esse trabalho tem como foco as pessoas que vivem na região e são migrantes nordestinos. O objeto do estudo será a história de vida relatada por migrantes nordestinos moradores da região. Os alunos devem recolher estes relatos levando em consideração alguns aspectos, o entrevistado precisa ser um migrante nordestino, morar na região e ser maior de 30 anos.

Primeiro é necessário ter em mente que para o tipo de trabalho que será feito, o relato dos migrantes é fundamental pois ele será o eixo central dessa proposta. Daí a utilização da história oral como método. Porém, os relatos vão além da tentativa de compreender a história de determinada região da cidade do Rio de Janeiro, existe neles também a intenção de criar uma identificação de forma a valorizar a história de vida daquelas pessoas, suas identidades e conseqüentemente valorizar a identidade dos alunos. Aqui pensamos em uma das perspectivas sobre história oral produzida por Marieta de Moraes Ferreira, aquela que trabalha com a história oral como ferramenta para trazer visibilidade para os que estão as margens da sociedade e dos projetos políticos hegemônicos existentes nela (FERREIRA, 2002, p.327). Pessoas que vivem nas favelas e nos subúrbios cariocas e não são reconhecidos ou valorizados. Os alunos são filhos, sobrinhos, netos, primos e amigos desses migrantes. Valorizar e conhecer suas histórias de vida é uma forma de reforçar a identificação dos alunos com estas pessoas. Neste trabalho onde um dos objetivos centrais é a valorização dessa origem nordestina, discriminada, os relatos entram como parte fundamental.

Em relação a identidade dos alunos e dos migrantes, o conceito que será utilizado aqui é o de Stuart Hall, a identidade múltipla, fragmentada e que em cada momento ou contexto se apresenta de uma maneira. Produzida e construída de forma histórica em oposição ao modelo anterior onde a identidade era essencial e biológica (HALL, 2006, p.12/13). Importante deixar claro aqui que não existe nenhuma intenção de “forçar” uma identificação dos alunos com a origem nordestina ou ainda de pensar essa descendência de forma essencial, congelada ou estática. A origem nordestina é um fato na vida desses alunos a partir de seus pais, amigos e parentes e reconhecer as condições e razões que estimularam a migração, bem como a vida de cada um dos migrantes entrevistados, as diferenças entre sua cidade de origem e o Rio de Janeiro e outros fatores de suas vidas serve como elemento que constrói identificação e conseqüentemente gera uma

valorização daquelas experiências com reflexo positivo na identificação dos alunos com sua origem.

Sobre a história local, fator fundamental é lembrar que este trabalho não pretende abordá-la através de um estudo dos monumentos, espaços de memória ou dos prédios existentes em determinada localidade, mas aqui o elemento local será dado a partir da história de vida dos migrantes nordestinos que foram para a região. Portanto é preciso pensar os elementos da história e das questões locais que tem no centro de sua abordagem a relação das pessoas com o território, como ela se deu e se dá e como elas influenciam no local.

Este trabalho precisa ter o cuidado de evitar certas armadilhas, como aquela apresentada por Raphael Samuel onde se trata de assuntos locais sempre por uma perspectiva que valoriza o território, o espaço os monumentos e ignora as pessoas (SAMUEL, 1990, p.224-225), aqui o foco precisa ser a ação das pessoas. Ao pensarmos em “local” o termo referencial será aquele estabelecido por Pierre Goubert, o local é região correspondente a uma aldeia, pequena cidade que tem um eixo central em torno do qual ela existe, no caso de Goubert ele pensa nas paróquias de pequenas cidades francesas como o eixo central, para este trabalho o eixo central em torno do qual se organiza o local é a Avenida Brasil (GOUBERT, 1988, p.70).

Porém o autor que mais vai aparecer neste trabalho a partir das suas questões sobre o “local” é Alain Bourdin. Em *A questão local*, o autor trabalha com diversas perspectivas sobre o que é o local a partir de uma pergunta chave: existe um objeto local? Daí ele trabalha com várias possibilidades sobre o “local”. Muitas delas dialogam com esse trabalho e com as abordagens presentes nele. Tentar mostrar para os alunos alguns dos conceitos desenvolvidos por Bourdin e relacionar com a produção desse trabalho pode ter grande utilidade para a compreensão de uma lógica de funcionamento do local.

Uma das possibilidades é o sentimento de “pertencimento” ao local. Neste caso, o sentimento de pertencimento se dá tanto relacionado ao local onde vivem atualmente (BOURDIN, 2001, p.26), quanto ao local originário, ou seja, a cidade originária do migrante que será entrevistado. Neste segundo caso é a “evidência da falta” que faz surgir a compreensão de um “local necessário”. Esta compreensão da localidade é típica em

casos de migrantes e vai aparecer constantemente em um trabalho que tem na migração um de seus pontos principais (BOURDIN, 2001, p.31/32). A falta ou saudade do seu local de origem em oposição ao local onde vivem atualmente, gera uma valorização do primeiro na imaginação do migrante por sua oposição ao seu local atual.

O conceito de “local herdado” quando visto na perspectiva do historiador precisa tratar das interações entre as pessoas em determinado espaço e as consequências dessas. Os fenômenos de diferentes ordens (econômico, religioso, jurídico, político, cultural...) sobre os quais atuam os atores individuais e coletivos ocorrem devido a possibilidade apresentada pela ação do homem no tempo e no espaço, e é a partir dessas interações e das especificidades geradas por ela que podemos pensar, caracterizar e definir um “local” e este sempre será único. Daí que para fazer uma pesquisa sobre a história de qualquer local, a partir de qualquer ponto que seja (e nesse caso aqui será a partir dos migrantes nordestinos) pensamos sempre a ação do homem no tempo e no espaço, tendo a noção de que essa ação vai gerar rupturas e continuidades que caracterizarão uma localidade específica. Esta interpretação do “local herdado” é importante para este trabalho, pois esta definição de local será presente nesta abordagem (BOURDIN, 2001, p.45). Lembrando sempre que “local” é uma construção social contínua, não uma categoria imutável pré-concebida.

O local como o território onde os atores sociais lidam com suas necessidades mais imediatas e criam os mecanismos que possibilitam sua ação política na sociedade (política aqui pensada tanto no âmbito das relações pessoais como na relação com esferas governamentais), através de igrejas, empresas, escolas, clubes, associação de moradores etc. Esta percepção do local também precisa estar presente em um trabalho desse tipo (BOURDIN, 2001, p.54-56).

Durante a entrevista que será elaborada nesse trabalho com o intuito de conhecer a trajetória de vida dos migrantes nordestinos, uma ou mais perguntas tratarão das razões que levaram as pessoas a escolherem seu atual local de moradia. Desta forma podemos pensar quais os elementos levados em consideração para a escolha de determinado local. Transporte? Razões econômicas? Conforto? Segurança? Proximidade com o trabalho? Bourdin nos mostra que o local escolhido para moradia precisa ser necessariamente funcional para determinadas ações. São estabelecidos alguns critérios e buscam o local

baseados nesses critérios (BOURDIN, 2001, p.158-159). No caso da migração já existem duas chaves que podemos utilizar para pensar essa questão: a primeira é a natureza econômica da moradia, já que a imensa maioria das pessoas que migram, o fazem em busca de melhores condições de vida e da oportunidade de aumentar sua renda. Outra razão para a escolha é a proximidade com conhecidos que migraram anteriormente e podem servir como suporte para o migrante recém-chegado. Porém inúmeras outras razões podem aparecer, importante ter em mente que em casos como os que vão aparecer nesse trabalho o objetivo sempre vai preceder a escolha da moradia. Entender as razões da escolha do local é fundamental.

Pensar o local e as ações a partir da vivência no local também é importante para esse trabalho. Nas entrevistas algumas perguntas tratarão sobre a ação e relação do migrante com o local onde vive atualmente. Podemos utilizar nesses casos a definição de Bourdin da “localização para ganhar” (BOURDIN, 2001, p.162-164). Neste modelo a localização tem a função de trazer ganho para o indivíduo, seja econômico, social, cultural ou moral. A localização pode ter a função de ser pensada também para a ação do indivíduo, o local oferece uma série de opções para a ação do indivíduo, essa ação ocorre a partir de certos critérios. Um dos critérios é a lealdade ou amizade entre os atores sociais de determinado local. Dessa forma a ação ocorre com o intuito de ajudar um membro que está em situação de desvantagem. Podemos pensar alguns casos a partir da realidade dos alunos e que já ocorreram e poderão ocorrer novamente: a ajuda comunitária por meio da vizinhança onde um pai, uma mãe ou algum familiar acompanha os filhos de um vizinho(a) da casa para a escola ou da escola para a casa já que moram próximos (essa relação é bastante observada na escola onde atuo), outro caso é o da ajuda dentro de uma comunidade religiosa (grande parte daqueles alunos são de famílias evangélicas e compartilham as mesmas igrejas), existem ainda os casos de ajuda familiar, já que boa parte dos alunos são parentes e é relativamente comum casos onde irmãos ou primos de diferentes idades em diferentes momentos estudam na escola.

A ideia de “territórios redes” também aparecerá e ocorrerão perguntas que vão tratar da escolha do local a partir de variáveis ligadas ao deslocamento pela cidade. A proximidade com a Avenida Brasil ou outras vias, a oferta de transportes na região, a oferta de emprego e de alguns aparelhos urbanos fundamentais como escolas, postos de saúde, hospitais, mercados, proximidade com trens e metrô. Todos esses fatores são

levados em consideração e a possibilidade de deslocamento pelo território para acessar esses aparelhos urbanos é um dos fatores que permitem a organização e identificação do espaço (BOURDIN, 2001, p.166-169). Importante compreender durante as entrevistas que a localização, seja da moradia dos entrevistados seja do local onde escolheram para matricular seus filhos estará dada a partir deste padrão descrito acima.

A especialização e diversificação dos bens favorecem e valorizam certas localidades. Do mesmo modo a ausência desses bens funcionam como elemento de desvalorização. Aqui podemos ter a compreensão de que, naquela região da cidade, existe uma carência de certos aparelhos urbanos e é possível que isso seja dito nas entrevistas. Nesse caso, é importante que apareça nas perguntas a possibilidade de pensar propostas para a melhoria do local, até como elemento de elaboração de políticas públicas para a região. Ter em mente o que poderia ser feito para melhorar o local onde vivem, ou que tipo de aparelho ou melhoramento urbano faz falta na localidade onde moram.

Outro elemento que aparece no texto de Bourdin e que aparecerá nas propostas de entrevistas é a particularidade dos locais a partir de características que possibilitam sua identificação. Posso de imediato pensar em um dos locais que mais aparecem nas falas dos alunos e um dos locais mais atendidos pela escola onde atuo que é conhecido por seu “apelido” que é o “Amarelinho”. Nome dado ao conjunto chamado originalmente de “Conjunto Residencial Areal”. O local é mais reconhecido pela aparência dos seus edifícios (sua cor amarela) do que pelo nome original (BOURDIN, 2001, p.172-175).

Por último como elemento teórico relacionado ao objeto podemos questionar os entrevistados a partir da lógica da “estabilidade/instabilidade” do local onde vivem. O que faz com que eles vivam naquele local? O que motivaria sua saída? Quais as condições que são favoráveis ou desfavoráveis ao local onde vivem? Pensando na realidade da migração nordestina, onde a maioria dos migrantes vão para os subúrbios e favelas é provável que o elemento econômico seja o primeiro fator a ser levado em consideração na escolha do local, mas temos aqui uma situação bem diferente da pensada por Bourdin onde um elemento é central na produção de instabilidade: a violência típica das regiões pobres do Rio de Janeiro. Muitos desses migrantes e seus filhos lidam com situações de violência ou exposição a violência cotidiana, esse é um elemento que gera profunda instabilidade no local onde vivem, mas que por variadas questões, de natureza econômica

ou outras, estas pessoas não conseguem ou não podem sair da localidade. Vamos nos deparar com situações dessa natureza nas entrevistas (BOURDIN, 2001, p.178-183).

Os elementos teóricos servem, neste trabalho, para que possamos a luz de seus conceitos, ter uma boa ideia das perguntas que precisam ser feitas aos migrantes, de qual abordagem sobre o “local” nós iremos tratar e quais devemos evitar. Daí é fundamental articular bem as perspectivas teóricas com a abordagem prática para que essas fiquem bem ancoradas. As perguntas que serão elaboradas em conjunto com os alunos para serem feitas nas entrevistas com os migrantes nordestinos devem ser pensadas a partir dos elementos da localidade apresentado pelos autores, principalmente as questões levantadas por Bourdin apresentadas nesse tópico.

Erinaldo Cavalcanti apresenta algumas armadilhas ou desafios que devemos evitar, são elas: o risco de pensar a história local como uma “história pequena”, não por falta de importância, mas por pensar a totalidade da ação do homem dentro de um espaço reduzido com a ideia de que a ação se inicia e se completa dentro daquele espaço sem diálogo ou troca com nenhum outro (CAVALCANTI, 2018, p.278).

Outro desafio é tratar a história local como uma história do entorno imediato, do que está perto, próximo. O risco aqui é cairmos na ilusão de que existe uma história pronta para ser revelada e basta acessar as fontes de forma correta (que no caso desse trabalho seriam os relatos dos migrantes) que chegaremos a ela. Ao fazermos isso cometemos o equívoco de esquecer que a história é uma construção permanente feita a partir da ação dos seres humanos, evitar essa percepção do local como algo estático, pronto para ser revelado, é importante e é preciso ficar atento para não cairmos nesse erro. (CAVALCANTI, 2018, p.279-280).

Existe o risco de tratarmos uma comunidade, ou um agrupamento de pessoas que vivem próximos e compartilham o cotidiano, como um conjunto coeso e harmônico de relações e a partir dessa coesão imaginarmos ser possível compreender todas as relações que existem naquele local. Isso é impossível e devemos evitar cair nessa armadilha. Para isso Erinaldo nos indica uma saída, pensar um elemento daquela realidade como ponto de partida para o estudo do local (neste trabalho proposto o elemento será a migração nordestina). Outro risco relacionado a essa percepção é a ideia de pensar uma história do

local fechada nela mesma sem interação com outros territórios. No mundo globalizado, de rápidas transformações tecnológicas e amplamente integrado onde vivemos essa abordagem é impossível (CAVALCANTI, 2018, p.280-281).

O quarto risco apresentado por Erinaldo é o de pensarmos a história local definida pelo espaço geográfico (no caso deste trabalho, poderia pensar como espaço geográfico a baixada de Irajá, ou ainda as divisões administrativas dos bairros). Esse é um risco grande devido à proximidade dos termos como “local”, “espaço” e “território”. Para isso é necessário termos em mente que o que define a história como “local” não é o lugar ou território onde a ação dos atores sociais está ocorrendo e sim o alcance dessa ação¹³ (CAVALCANTI, 2018, p.282).

O último dos desafios é evitar tratar a história Local como um desdobramento ou uma extensão da história “não local”. Este parece ser um risco menor, mas é bom ter cuidado. A articulação da história local com a migração nordestina deixa claro que existem elementos externos aquele “local”, mas que são condicionantes ao estudo proposto, dessa forma a migração nordestina é um elemento a ser utilizado como ponto de partida para pensar o “local” aqui, que no caso são os migrantes nordestinos que vivem nos bairros próximos a escola. O risco de pensar uma história local como “quebra cabeças” onde os vários locais vão se juntando e criando um mosaico da história geral (ou nacional, ou mundial) para este trabalho é baixo devido a maneira como ele é estruturado, de qualquer forma é bom ficar atento e evitar cometer esse erro (CAVALCANTI, 2018, p.282-283). Atenção a essas questões e evitar tais armadilhas é parte fundamental deste trabalho.

¹³ O exemplo dado anteriormente da atuação de atores políticos em Brasília e o programa de televisão que ocorre no Rio de Janeiro, mas tem influência em todo país se encaixa nessa definição.

HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA

O objetivo deste capítulo é apresentar o potencial pedagógico da história local para o ensino-aprendizagem de história. Dessa forma, o desafio é pensar de que maneira o ensino de história pode se valer da história local para atingir os objetivos propostos. Neste sentido, primeiramente farei uma discussão bibliográfica sobre a potencialidade pedagógica da história local. Em seguida, identificarei esse potencial em três documentos que oferecem orientações curriculares: os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Nova BNCC e para compreender as indicações em escala local, as orientações curriculares da área de história da Prefeitura do Rio de Janeiro. Por último farei uma reflexão sobre como a execução deste trabalho que está sendo proposto pode colaborar para uma valorização e ressignificação da identidade nordestina ajudando a desenvolver nos alunos uma percepção positiva de si e daqueles que vivem próximos deles, seus amigos, parentes e vizinhos.

2.1 Ensino-aprendizagem de história local no ensino de história

Alguns autores nos ajudam a pensar o tema e a relevância da história Local para o ensino de história. Luís Carlos Borges da Silva em *A importância do estudo de história regional e local na educação básica* pensando o caso do município de Governador Mangabeira na região do Recôncavo baiano trata sobre como podemos utilizar a história local (e regional) para o processo de ensino-aprendizagem. O ponto de partida do autor é sua percepção da dificuldade de pertencimento do aluno ao observar a disciplina “história”. Essa dificuldade é fruto do descaso que existiu em outros momentos na disciplina com a história local. O foco era nas questões nacionais e gerais e os temas locais ficavam ocultos ou tinham menor destaque. Daí que a disciplina era, segundo o autor, vista como distante e desinteressante para os alunos (SILVA, 2013, p.2). O método para superar esse desinteresse era trazer o local, o regional para o centro do debate no processo de aprendizagem, dessa forma este processo se torna mais atrativo porque os alunos se enxergam na disciplina e compreendem suas ações e práticas como típicas de sujeitos históricos dessa forma se percebendo como participantes da história:

a importância de se trabalhar em sala de aula conteúdos vinculados a história regional e local, pois é através da incorporação dessa concepção historiográfica nas práticas pedagógicas dos professores de história, que as aulas passarão a ser mais dinâmicas e prazerosas, uma vez que os alunos poderão perceber que a história faz parte de sua vida e, tudo que os mesmos produzem é história e deve ser levado em consideração, permitindo dessa forma um novo olhar acerca do saber histórico em sala de aula, rompendo assim com a velha concepção positivista de fazer história, conseqüentemente se aproximando de uma história plural e dinâmica, por certo associada ao que se propõe a denominada “Nova história” (SILVA, 2013, p.2).

A história local aparece como consequência da “Nova história” francesa que tem como uma das principais características o rompimento com a velha abordagem narrativa dos grandes feitos e personagens para uma história que se interessa por todos os aspectos da vida humana. Nessa ampliação de horizontes os chamados “excluídos” da história são retirados da marginalidade e trazidos a luz. Mas de que forma esse novo paradigma pode contribuir para o ensino de história? Para o autor, trazer a luz as características cotidianas dos eventos que estão geograficamente próximos a realidade onde os alunos estão inseridos e fazer, a partir desses eventos uma contraposição a historiografia tradicional, nacional, narrativa e positivista, é a melhor maneira de promover a percepção do aluno em relação a história e a sua participação nela, pois os atores sociais ali presentes estão próximos a sua vivência cotidiana.

Já existem uma série de pesquisas sobre o tema, a transposição da história acadêmica para a escolar a partir dessas pesquisas é plenamente possível e acessível. Trazer essas pesquisas para as salas de aula seria uma estratégia adequada para a produção de uma outra forma de se estudar a história nas escolas abandonando o velho modelo positivista.

Outro ponto é a aplicação da história econômica nos termos da história local. O autor lembra que estudamos o ciclo do açúcar e do café, mas, no caso do recôncavo baiano que é o seu ponto de referência, não se estuda a importância do fumo para a economia daquela região. Sendo esse um produto fundamental para aquela realidade, é impossível compreender os fundamentos da economia local sem colocar uma lupa sobre tal produto. Também a questão política é negligenciada. O autor lembra que as práticas políticas locais, apesar de suas relações com outras esferas de poder em outros níveis (municipal, estadual, federal) e outras regiões, possui uma dinâmica própria e que sem a compreensão dessa dinâmica não se entende a região (SILVA, 2013, p.6). Assim, apesar da relação dialética do local com o nacional (que está em constante movimento, eles se afastam e ao

mesmo tempo se entrecruzam, sendo impossível pensar um sem o outro) o foco dado pela história como disciplina no Brasil sempre foi o da formação da identidade nacional, daí a padronização e construção de uma história cívica, nacionalista e totalizante.

Com a mudança de paradigma das últimas décadas ocorre uma valorização dos aspectos locais. Porém necessário é evitar a armadilha de supervalorizar o local e esquecer que ele só faz sentido e é compreensível na relação com outros locais e com o geral. O autor busca dessa forma valorizar também as dinâmicas políticas locais como possibilidade do ensino de história. Essas dinâmicas explicam que, apesar da influência e relação com o nacional, a política local tem características próprias que não são reproduzidas em outras partes e entender tal processo é fundamental para compreender a história local e para que essa seja referência para o ensino de história¹⁴.

Selva Guimarães Fonseca em *Didática e prática de ensino de história* é bem objetiva quando trata do uso da história local no ensino de história. O primeiro passo é evitar cair nas armadilhas que segundo a autora são: a fragmentação dos espaços de forma rígida (bairro, cidade, estado) impedindo uma percepção de complementação entre estes, a naturalização e ideologização da vida social e política onde as pessoas aparecem como membros de uma “comunidade” abstrata e este sentido de “comunidade” oculta questões de natureza econômica, social, bem como as disputas de poder e as contradições de classe existentes em cada região, a percepção de que o desenvolvimento de determinada região ocorreu devido a ação de determinadas figuras políticas ou elites locais e o risco dos professores utilizarem como fonte unicamente documentos de natureza política ou produzidos por órgãos administrativos locais e esses majoritariamente refletem a visão da elite dominante local (FONSECA, 2003, p.54-55).

Daí, recuperando o já citado Raphael Samuel, a autora trás dois aspectos importantes para evitar as armadilhas: valorização da história oral, conhecer o relato dos moradores da região sobre suas vivências e relação entre os mesmos e com o local e buscar sempre como ponto de partida para uma investigação histórica aspectos do

¹⁴ É importante aqui termos o cuidado já indicado anteriormente por Erinaldo Cavalcanti: evitar fazer da história local uma história em “miniatura” da história nacional, evitando reproduzir o mesmo padrão, de uma história dos grandes nomes, feitos e personagens. Lembrar sempre da “guinada subjetiva” de Beatriz Sarlo que será explicada mais à frente.

cotidiano (FONSECA, 2003, p.55-56).¹⁵ Dessa forma a história local é fundamental como ferramenta didática para permitir aos alunos a compreensão das semelhanças e diferenças, mudanças e permanências no modo de vida cultural, econômico, político e social de sua localidade.

Já Circe Bittencourt em *Ensino de história: fundamentos e métodos*, acredita que pensar o cotidiano como objeto de estudo é uma forma de pensar o "local" e a história local (BITTENCOURT, 2008, p.166). Para a autora, ao partir para a compreensão e estudo do cotidiano e das relações estabelecidas por aqueles que moram próximos, temos um bom ponto de partida. O estudo do cotidiano permite compreender as tensões do dia a dia, a maneira como as pessoas se organizam, lidam e resistem nas suas relações com os poderes estabelecidos. A reconstituição das ações humanas em nível local, faz sentido na sua relação com os poderes estabelecidos, o Estado, a economia, a sociedade como um todo, demonstrando que a história do cotidiano está intimamente ligada a cultural e a local. São partes de um todo que pode ser compreendido através das experiências e vivências das pessoas que serão o objeto de estudo.

Ao pensar sobre a história local a autora faz um alerta: é necessário evitar uma história que fale do poder político estabelecido (prefeito, bem- feitor local) e pensar em uma história a partir das vivências particulares do local, festas, memória familiar, migração, trabalho. Para isso é fundamental se valer da memória daqueles que vivem e convivem em determinada localidade e que serão, a partir daí uma fonte para o estudo da história local, ao mesmo tempo que serão também objetos daquele estudo (BITTENCOURT, 2008, p.169). A memória trazida pela oralidade é uma fonte fundamental. Tão importante quanto são os “lugares de memória”:

expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudos. (BITTENCOURT, 2008, p.169).

Todos esses são aspectos que possibilitam a produção de uma boa história local. Mas aqui a autora toma o cuidado de não nos deixar confundir “história” com “memória”

¹⁵ Entender a realidade de um local a partir, por exemplo, do lazer das pessoas. Ou do local onde brincavam quando eram crianças. São possibilidades de trazer a luz aspectos do cotidiano que dificilmente aparecerão em documentos oficiais.

lembrando que a história pode se utilizar da memória como fonte, mas é necessário aplicar certa crítica a essa fonte além de confrontação com outras fontes entre outras aplicações.

Trazendo a aplicação do geógrafo Milton Santos para o conceito de “lugar”, Circe Bittencourt nos explica que é comum ao pensarmos em história local, pensarmos em história do entorno. Porém, “local” não deve ser pensado apenas como o entorno, mas precisa de outras características específicas para ser definido. O “lugar” é aquele que tem sua especificidade, mas é parte de um conjunto maior, de um todo. E como parte de um todo, somente pode ser compreendido a partir da relação que estabelece com outros lugares. Mesmo com essa história ganhando contornos de história do “lugar” ao ser pensada como atividade para os alunos compreenderem a formação da localidade onde vivem, estudam, moram e se relacionam, é importante que essa localidade seja pensada a partir da função que ela exerce na totalidade e pensando também a relação que ela possui com outros locais. A história do "lugar" como objeto de estudo ganha necessariamente contornos temporais e espaciais. Identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço e articular este processo as relações externas, a outros lugares (BITTENCOURT, 2008, p.172).

O local só faz sentido e é possível compreender suas características na relação com outros locais, seja de oposição ou de complementaridade lembrando que é a partir das pessoas e de suas ações que devemos pensar o local.

2.2 PCNs, BNCC e o currículo mínimo da Cidade do Rio de Janeiro

Para refletir como a história local pode servir de suporte ao processo de ensino-aprendizagem, farei uma exposição de três documentos que apontam orientações curriculares e quais os pontos indicados neles que podemos trabalhar em relação a utilização da história local no processo de ensino-aprendizagem, estes documentos são: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a nova BNCC e as orientações curriculares do município do Rio de Janeiro. Importante deixar claro que não pretendo fazer uma análise crítica desses currículos (sem dúvidas existe muito espaço e razão para tal). A intenção aqui é mostrar como os elementos neles presentes possibilitam o trabalho com a história local. Uma abordagem crítica acabaria por ocupar demasiado espaço e desviar a intenção inicial do trabalho. Essa questão fica para um outro momento.

No PCNs de história são listados, os seguintes objetivos que precisam ser atingidos pelos alunos do ensino fundamental:

- Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;

- Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- Conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- Utilizar as diferentes linguagens verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação (PCNs, 1998, p.7-8).

Em relação aos objetivos gerais da história como disciplina, que devem ser alcançados a partir de uma constante ampliação da percepção da realidade pelos alunos como consequência do processo de ensino aprendizagem e da sua interação com o mundo estão listados os seguintes:

- Identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços;
- Situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos;
- Reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar;

- Compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas;

- Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais;

- Questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação;

- Dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais;

- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos;

- Valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades (PCNs, 1998, p.43).

Desta forma, fácil perceber que o ensino de história para as turmas do fundamental 2 (que vão do 6º ao 9º ano) tem por objetivo, segundo o PCNs, além de uma promoção e valorização da identidade nacional¹⁶, a valorização de aspectos do cotidiano do aluno e seu pertencimento a uma comunidade, bem como sua atuação dentro da mesma visando uma elevação em seus padrões de vida e meio imediato, compreensão dos processos históricos a partir da percepção das rupturas e continuidades, valorização de uma atuação ética e cidadã na sociedade, promoção do respeito às diferenças, igualdade, cidadania, democracia, valorização da identidade dos alunos a partir da promoção de seu patrimônio sociocultural, conhecimento e valorização do seu entorno, do lugar onde se insere no mundo bem como a compreensão da sua participação e atuação neste. Os objetivos iniciais deste trabalho: valorização da identidade nordestina a partir de uma recuperação

¹⁶ Lembrando que este foi o aspecto central da disciplina história em seus primeiros momentos no Brasil e que nas últimas décadas outros objetivos foram pensados ampliando o leque de possibilidades e deixando a exaltação da nacionalidade em segundo plano. PCNs, 1998, p.19-20.

e reconhecimento da história dos migrantes e a compreensão do processo histórico por parte dos alunos ao longo da execução do trabalho, se encaixa perfeitamente no que está proposto na PCNs, dialoga diretamente com vários dos objetivos indicados.

A nova BNCC é o mais recente dos documentos a serem analisados. Publicada no final de 2017 através da resolução CNE/CP nº 2 é o documento orientador da educação básica nacional e serve como norte para a atuação dos professores. No caso da parte vinculada a história como disciplina temos alguns pontos que precisam ser desenvolvidos pelos alunos durante o processo de ensino-aprendizagem para que estes alcancem a capacidade de pensar historicamente. Então, ao longo dos anos no ensino fundamental, os alunos precisam ser orientados e estimulados a desenvolverem certas capacidades de compreensão e diálogo com o mundo onde vivem, com as mais variadas experiências históricas que eles terão contato nas aulas e com os mais variados documentos e fontes históricas que serão apresentados. Desta forma cinco habilidades chaves são esperadas dos alunos: identificação, como a capacidade de entender ou reconhecer características e aspectos de determinadas populações através de perguntas sobre a fonte histórica que está sendo analisada (no documento é utilizado o exemplo de um pilão, em outro momento e contexto uma ferramenta para produzir comida, atualmente um objeto decorativo).

Comparação, através dela se compreende a diferença entre populações ou da função de determinadas práticas em diferentes contextos (no documento é utilizado o exemplo das pinturas corporais de povos originários e das populações urbanas contemporâneas), além disso existe também a comparação feita por gráficos ou outros procedimentos matemáticos como forma de entender certas diferenças em determinados períodos históricos (como em casos de mortalidade infantil, taxa de alfabetização ou nível de emprego).

Contextualização onde certa circunstância histórica é analisada e pensada a partir de características próprias do seu momento histórico.

Interpretação, a capacidade de ler e compreender determinadas fontes históricas e a partir disso elaborar questionamentos e argumentos sobre determinado período é essencial na formação do pensamento crítico dos alunos.

Análise, a habilidade que funciona como base para todas as outras, a partir dela compreende-se que todo conhecimento sempre é produzido a tendo um determinado ponto de vista e esse possui seus pressupostos morais, ideológicos, políticos e que tais visões de mundo necessariamente vão interferir na produção de determinado objeto. A análise possibilita aos alunos compreender essas forças que agem e moldam o discurso, o pensamento e a ação a partir de determinada visão de mundo (BNCC, 2017, p.398/400).

As competências que são esperadas que sejam alcançadas pelos alunos do ensino fundamental são as seguintes:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.

7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais (BNCC, 2017, p.402).

Neste caso é possível, comparando com a antiga PCNs, perceber que existe um abandono da questão ligada a promoção da nacionalidade e uma busca por propor um indivíduo autônomo, questionador e que compreende sua realidade a partir de uma perspectiva histórica, compreendendo inclusive os processos de elaboração e construção da disciplina história e sabendo analisar criticamente estes. Esse indivíduo deve ter a compreensão histórica do seu lugar na sociedade, agir de acordo com valores democráticos de forma crítica e responsável. Além disso, deve compreender as mais variadas elaborações históricas entendendo que estas são produzidas sempre a partir de um determinado ponto de vista e este ponto de vista está ligado ao grupo que o produziu.

Já o currículo mínimo carioca¹⁷, indica os objetos de conhecimento (conteúdos) que precisam ser trabalhados e as habilidades que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Estes no caso dos anos finais do ensino fundamental, se norteiam a partir de uma perspectiva que valoriza a formação da sociedade brasileira, através do estudo de sociedades africanas, ameríndias e europeias. As habilidades presentes no currículo são as mesmas cinco apresentadas na BNCC e são propostas a cada novo objeto de conhecimento que será estudado e os conceitos que precisam ser dominados para se compreender aquele objeto de conhecimento e sua relevância para o mundo contemporâneo.

¹⁷ Currículo mínimo carioca, presente em: <http://www.rio.rj.gov.br/documents/9565635/37187427-f11f-4a95-a818-933866c46923>

2.3 Diálogo dos currículos com a história local

Considerando os objetivos listados anteriormente nos PCNs, porém com menor presença na BNCC e no currículo mínimo carioca, desnecessário dizer que a valorização, afirmação e promoção da identidade nacional continua como um fator relevante. Porém, a partir de toda uma mudança na disciplina história e em outras disciplinas no campo das ciências humanas nas últimas décadas, dialogando com a perspectiva de uma identidade pós-moderna (ou melhor, identidades, no plural) podemos ver outros objetivos aparecendo e, inclusive, ganhando maior destaque. Entre estes estão aqueles ligados a valorização de aspectos relacionados ao cotidiano, ao local de interação e convívio imediato dos alunos com outras pessoas e o território onde vivem, aspectos relacionados a valorização do patrimônio histórico local e a promoção da cidadania como ferramenta fundamental para a atuação política e social dos alunos como cidadãos, além de uma perspectiva que atue de forma positiva em sua visão de mundo sobre si e o seu meio imediato.

Todas essas mudanças na disciplina história podem ser pensadas a partir de múltiplos aspectos, seja pela escola dos Annales valorizando elementos do cotidiano e dialogo com outros campos do conhecimento e ajudando a superar uma história positivista, seja pela “guinada subjetiva” de Beatriz Sarlo, (explicada no tópico seguinte) ou pela inclusão na disciplina de atores historicamente marginalizados (e esse caso aqui tem relação direta com o que é proposto nesse trabalho), tais mudanças trouxeram novos desafios e possibilidades a história como disciplina.

Para este trabalho é importante refletir sobre como esses objetivos e competências dialogam com o processo de ensino aprendizagem a partir da história local, ou de outra forma, como a história local como método de ensino e objeto a ser estudado pelos alunos possibilita alcançar esses objetivos.

O uso da história local, a partir das competências propostas na BNCC e, também para o aperfeiçoamento das cinco habilidades chaves indicadas podem ser pensadas, dentro do que estou propondo, da seguinte forma: a história local como objeto do estudo a partir do caso dos migrantes nordestinos, funcionará como elemento promotor de uma

capacidade de pensar a sociedade historicamente, compreendendo aspectos chaves da disciplina como rupturas e permanências, a capacidade de analisar movimentos de populações no tempo e no espaço e o seu significado histórico, a promoção de princípios éticos, democráticos, inclusivos, solidários, bem como da empatia, diálogo e respeito.

Tais elaborações, diretamente relacionadas às competências propostas na BNCC ou aos objetivos do PCNs, tem duas linhas: na primeira o objetivo é produzir uma compreensão por parte do aluno da história como disciplina e dos processos e metodologias que são aplicadas na produção do conhecimento histórico, a outra é a que busca a formação do cidadão e seu preparo para atuar na sociedade a partir de concepções ligadas a promoção da democracia, diálogo, respeito, empatia e solidariedade. Essas duas linhas se juntam em um grande objetivo que é: através da compreensão histórica, do pensar historicamente esse aluno detém as ferramentas que possibilitam a formação de um cidadão que está pronto para atuar na sociedade promovendo a democracia, o respeito, a empatia, a solidariedade e o diálogo como método para a solução de conflitos.

Os dois objetivos iniciais desse trabalho, indicado diversas vezes ao longo do texto, são a valorização e o reconhecimento da identidade nordestina na região de Irajá e bairros próximos no Rio de Janeiro, com o objetivo de uma positivação da visão de si dos alunos que estão naquela escola e a compreensão do pensar historicamente por parte dos alunos durante a elaboração do trabalho a ser desenvolvido. Tais objetivos servem tanto a promoção de uma perspectiva democrática, ética, solidária, de empatia e respeito por parte dos alunos em relação àquelas pessoas que serão entrevistadas como em relação a eles próprios já que vivem e convivem no mesmo meio social dos entrevistados. Por outro lado, também colabora para a compreensão de um pensar historicamente, pensar esse que deve ser desenvolvido ao longo das aulas propostas pelo professor, das entrevistas e da comparação e análise do que foi dito pelos entrevistados com as aulas que explicam a migração nordestina como um fenômeno social típico do Brasil a partir da segunda metade do século XX¹⁸

¹⁸ As etapas do trabalho que deverá ser produzido e a sequência didática necessária para os alunos compreenderem o fenômeno da migração nordestina serão explicadas no terceiro capítulo.

2.4 Resignificando identidades através da história local

A partir da leitura e análise de tais objetivos e competências podemos concluir que, pelo menos em teoria, a aula de história tem a intenção de formar alunos para a prática cidadã, com capacidade de compreensão de sua realidade imediata, respeito as diferenças existentes na sociedade, valorização do patrimônio sociocultural, respeito e incentivo a promoção da democracia e luta contra as desigualdades. Fundamentalmente diferente da origem da aula de história onde o objetivo era a promoção e construção de uma identidade nacional, buscando aspectos relevantes para a valorização dessa identidade. Daí, ao professor, é necessário buscar os meios e métodos que serão utilizados para, durante sua aula, conseguir promover os objetivos listados acima.

Impossível não associar tal mudança de perspectiva e objetivo a um processo contínuo que vem ocorrendo nas ciências humanas ao longo do século XX com maior ênfase a partir da sua segunda metade. É o que Beatriz Sarlo chama em *Tempo Passado – cultura da memória e guinada subjetiva* de “guinada subjetiva” (SARLO, 2007, p.19). Tal guinada é uma (re)valorização do sujeito e de suas identidades (no plural mesmo) na história. As identidades dos sujeitos, suas especificidades e individualidades tomam o lugar das estruturas e explicações gerais e passa a ser visto como forma de estudar uma realidade específica, esse sujeito pode ser alguém conformado a realidade que vive, ou um questionador dela Sarlo utiliza o exemplo das “anomalias” sociais – o louco, a possessa, a criminosa e a bruxa – (Sarlo, 2007, p.16), em ambos os casos, o estudo do(s) sujeito(s) permite uma compreensão da sociedade onde vive. Tal reorientação acabou por deslocar a história “nacional” aquela que buscava criar no aluno o sentimento de pertencimento e valorização da “pátria” por uma que buscava compreender a realidade a partir das vivências cotidianas. Neste contexto surgem novas maneiras de abordar as fontes históricas e novos sujeitos são trazidos a luz.

Dessa forma, as fontes trazidas à tona são, além dos documentos já utilizados, o testemunho e o patrimônio sociocultural que se relaciona diretamente a este testemunho. Assim, além dos documentos escritos e da herança patrimonial ligada a um território (prédios, terrenos, ruas, aparelhos públicos dos mais diversos etc.) as narrativas,

testemunhos, tanto das experiências de vida, quanto dos eventos ocorridos em um local e em determinado período, também são úteis como fontes históricas. Fontes essas valorizadas a partir da “guinada” indicada por Sarlo. É possível trazer para este debate também Michel Pollak e seu conceito de “memórias subterrâneas”¹⁹, neste o autor trabalha com a ideia de que comunidades marginalizadas e/ou minorias acabam por trazer à tona seu discurso e suas memórias que ficam apagadas ou ocultadas diante da memória oficial, tal se dá em momentos de crise ou vão se colocando gradativamente como contraponto a história oficial (POLLAK, 1989, p.4-5). E isso significa uma ressignificação do problema da identidade.

Para pensarmos o conceito de “identidade” o autor utilizado será Stuart Hall e seu livro *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, será utilizado como referência. Penso nesse livro por ele trabalhar com a ideia de uma identidade fragmentada, em constante mudança e pressionada pela aceleração do tempo e encurtamento das distâncias provocados pela globalização. Mesmo reconhecendo que ao escrever sobre identidade Hall não estava pensando necessariamente na questão da migração - o autor nasceu na Jamaica, produziu na Inglaterra, seu texto também aborda a questão da migração, mas não é o tema central - acredito que a maneira como ele constrói seu argumento permite pensá-lo como interlocutor central para o que pretendo desenvolver.

O sujeito pós-moderno como pensado por Hall, é aquele que tem como característica fundamental a não existência de uma identidade fixa, essencial e permanente (HALL, 2006, p.12). Este sujeito é fruto da globalização e essa globalização provoca um descentramento nesse sujeito. Diversos fatores passam a interferir na sua identidade e a questão nacional se torna apenas mais um complemento da sua identidade, não mais o fator central dela.

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais

¹⁹ POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15

que nos rodeiam. E definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p.12-13).

Essa ideia de “identidade fragmentada” se encaixa perfeitamente com o trabalho apresentado aqui no terceiro capítulo. Aqueles que por qualquer razão saem do seu espaço, de seu território e migram para outra região, necessariamente serão confrontados por um choque de identidade e percepção de si. Muitos irão simplesmente apagar sua(s) identidade(s) anterior(es) (até onde isso é possível fazer) outros irão ressignificá-las, e terão ainda aqueles que tentarão mantê-las a todo custo, rejeitando a novidade. Por fim haverá aqueles que irão absorver elementos novos sem necessariamente apagar sua(s) identidade(s) anterior(es), convivendo bem com as duas (ou mais), sendo ao mesmo tempo parte do novo território e um estranho nele. Este será o conceito de identidade usado nesse trabalho. Uma identidade fragmentada capaz de agregar elementos variados, que muitas vezes se complementam e outras se contradizem.

A ideia da identidade trabalhada por Hall aqui é fundamental, pois para o autor ela não é absoluta. Para este trabalho, o ponto de partida é a identidade nordestina, mas essa identidade no Rio de Janeiro, acabará por se entrelaçar com outras como a de "suburbano" ou "favelado". No Rio de Janeiro, a realidade desse migrante fará com que essas identidades se cruzem em diversos momentos, é possível se perceber como nordestino nesses espaços devido à grande presença de pessoas que vieram do Nordeste ao mesmo tempo que se formam novas identidades a partir de suas vivências no Rio de Janeiro (como suburbano, favelado, time de futebol, religião etc.).

Por meio das aulas de história, a proposta é fortalecer os vínculos identitários desses alunos com a herança nordestina, constantemente tratada como inferior, com impacto em suas autoestimas e buscando gerando neles uma visão negativa do que é identificado como nordestino. Essa identidade (nordestina) é muitas vezes apagada ou ocultada. Uma das justificativas deste trabalho é o seu reconhecimento e valorização, buscando também uma melhora na autoimagem que os alunos possuem de si e dessa herança.

Estes alunos possuem em relação a essa identidade dois posicionamentos majoritários: ou ela é ignorada (o aluno não possui maior compreensão de quem é no mundo e sua(s) identidade(s) está em outros lugares como na religião ou no clube de futebol para o qual torce) ou ela é estigmatizada, sendo este aluno alvo de preconceito e deboche. Quando ele é nascido no Nordeste e isso fica claro no seu falar este preconceito é mais nítido. Interessante aí é que estes que debocham não se enxergam como filhos e/ou netos dos migrantes. Eles não fazem essa associação, logo acabam não se reconhecendo. Desta forma o nordestino é subalternizado nas relações sociais no Rio de Janeiro. Esses alunos são filhos, sobrinhos, netos, primos e amigos de uma população que majoritariamente é migrante nordestina. Conhecer essa herança através do relato das pessoas que serão entrevistadas²⁰ funciona como uma forma de reconhecimento e valorização da identidade nordestina desses alunos.

Importante deixar claro que não é e nem pode ser função do professor “forçar” uma identificação do aluno com essa herança. Ao longo do trabalho a intenção é produzir um reconhecimento e sentimento de pertencimento do aluno com ela através da história de vida dos entrevistados, que no final das contas são as pessoas do seu cotidiano. Essa identificação surgida a partir das entrevistas tem por objetivo gerar uma visão positiva dos alunos em relação as pessoas que estão próximas deles e foram entrevistadas e em última medida uma visão positiva de si e da comunidade onde vivem. Porém não podemos perder de vista o diálogo com Hall e seu conceito de identidade: a identificação dos alunos pode ou não acontecer (é esperado que sim devido à natureza do trabalho, mas não é possível mensurar se o impacto será o mesmo em todos, é até improvável que isso aconteça) mas de qualquer forma o conhecimento dessas histórias de vida é um fator que pode servir para positivar a percepção dos alunos em relação a si e aos que estão próximos dele, sem que esse reconhecimento signifique o abandono de outras formas de identificação, mas possa ser mais uma maneira de se inserir e enxergar no mundo, a partir de mais uma perspectiva, que anteriormente era ignorada ou negatizada.

Exaltar a migração, a coragem daqueles que a fizeram e a capacidade de formarem comunidades sendo fundamentais para a configuração urbana atual do Rio de Janeiro é

²⁰ Entrevista com os migrantes nordestinos será uma das etapas do trabalho que estou propondo, esta etapa estará explicada de forma detalhada no próximo capítulo.

um dos objetivos desse trabalho pois essa constatação funciona como uma forma de gerar nos alunos uma visão positiva de si e dos seus.

Desconstruir a ideia de um Nordeste “homogêneo” e subalterno também é fator fundamental para este trabalho. Durval Muniz de Albuquerque Junior²¹ nos lembra que a ideia de “nordestino” é uma invenção recente no imaginário social e político brasileiro. Até o início do século XX a divisão existente no país era entre o “norte” e o “sul” (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.65). Tal invenção se dá a partir de duas premissas: na primeira existe os representantes de uma decadente elite econômica que outrora controlavam o país, mas agora, com o avanço do café e depois a industrialização do Sudeste, perdem esse protagonismo. Estes, tendo como destaque a figura de Gilberto Freyre, são os inventores do Nordeste (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.72). Porém para este trabalho o que importa é a forma como o migrante nordestino passou a ser reconhecido no Sudeste e a associação de características desse migrante a uma suposta inferioridade. A construção dessa inferioridade vem, segundo Albuquerque Jr, desde a virada do século XIX para o XX. Autores como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna utilizam o clima e o aspecto racial como o fator que vai diferenciar o Norte (lembrando que a ideia de nordeste ainda não havia sido inventada) atrasado do sul desenvolvido. O Sul (aqui incluindo também o Sudeste), com suas levas de migrantes europeus e clima mais ameno, seria o motor do desenvolvimento econômico e intelectual do país (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.57-58). O Norte, tropical, mestiço, onde os elementos negros e indígenas eram majoritários, estava fadado ao atraso. Era o espaço subalterno por excelência dentro dessa estrutura. Essa visão se solidificou nas grandes cidades do Sudeste (especificamente São Paulo e Rio). A ideia de um nordeste arcaico, atrasado, seco, tradicional e pouco desenvolvido era alimentada pela imprensa (a oposição a esse Nordeste era o sudeste rico, desenvolvido, industrial e com grande presença de imigrantes europeus), e intelectuais como o já citado Oliveira Vianna e Dionísio Cerqueira viam no nordestino o exemplo de degeneração racial, seja do ponto de vista físico ou intelectual (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.44).

Todo o cenário para a caracterização do nordestino como inferior estava construído. A ideia de nordeste tanto a partir dos intelectuais filhos da elite local

²¹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Editora Cortez, 1999

decadente, quanto a partir do Sudeste na oposição entre o que é rico e desenvolvido x o que é pobre e atrasado. Porém, um fator foi o principal para solidificar essa construção da inferioridade: a migração nordestina.

É nessa migração, ocorrida em grande quantidade a partir dos anos 1940 que se molda definitivamente essa identidade nordestina, construída na inferioridade diante do Sudeste. O nordestino é visto como inferior, tanto física quanto intelectualmente a partir da ideia desses intelectuais citados anteriormente e com grande aceitação e repercussão dessas ideias nas cidades do Rio e São Paulo. Essa inferioridade direciona o nordestino para trabalhos braçais e de menor especialização, principalmente na construção civil, indústria e o setor de serviços. Uma série de imagens e ideias negativas estereotipadas são associadas ao nordestino. A pobreza, a baixa inteligência, o jeito “errado” de falar, a necessidade de sair de sua terra para outro território, a precariedade, baixo desenvolvimento e violência dessa terra de onde vem, tudo isso molda a imagem do nordestino. A representação do nordestino na cultura do sudeste também reforça essa imagem. Em uma novela passada no Rio de Janeiro ou em São Paulo ele é sempre o empregado, porteiro ou o trabalhador que serve um dos personagens principais. Quando a novela se passa no Nordeste, o enredo sempre tem fortes conotações humorísticas é ligado a uma cidade pequena do interior, com um coronel poderoso e influente, padre, juiz, prefeito ligado a esse coronel, economia majoritariamente agrícola ou ligada a pecuária. Essa inferioridade que estigmatiza o nordestino é um dos fatores que faz com que as novas gerações busquem esconder sua origem.

Em todas as etapas desenvolvidas no próximo capítulo, a intenção é eliminar a ideia de homogeneização e subalternização do nordestino e promover uma exaltação da migração, suas características e das pessoas que a fizeram como uma forma de defender uma visão positiva dessa herança e dessa história como formadora e com grande contribuição para a atual configuração urbana na cidade do Rio de Janeiro com ampla participação em todas as esferas da vida carioca.

RESSIGNIFICANDO IDENTIDADES: HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NORDESTINA EM IRAJÁ

O objetivo deste capítulo é apresentar uma sequência didática de história local voltado para alunos do segundo segmento do ensino fundamental (mais precisamente o 9º ano) possuindo um duplo objetivo pedagógico: a valorização de suas identidades (pensada aqui a partir do eixo da descendência nordestina, mas também a valorização, o reconhecimento e a identificação com o espaço onde vivem), além da compreensão dos processos históricos que explicam suas vidas, o lugar onde vivem e como vivem. O segundo objetivo fundamental é a compreensão do método histórico, o entendimento sobre o "fazer história" e a aplicação desses métodos a partir do estudo de caso do bairro de Irajá e seu entorno pensando as realidades dos alunos que vivem neste espaço. Para isso, trarei as histórias de vida de seus pais/tios/avós/amigos/parentes para o centro do trabalho. Ao fazer esse movimento a intenção é fortalecer os vínculos identitários dos alunos com seu local de pertencimento, pensando a identidade, por um lado, a partir do referencial teórico de Hall explicitado anteriormente, isto é as identidades múltiplas e fragmentadas; por outro, a partir do estudo da história local, pretende-se orientar o aluno na compreensão do processo histórico e dos métodos utilizados no “fazer a história” Portanto este trabalho possui dois eixos norteadores: reconfigurar a relação de pertencimento dos alunos com aquele espaço a partir da relação deles com a identidade nordestina e a identidade suburbana e ajudar na compreensão do processo de produção da história, entendendo os métodos aplicados na sua elaboração.

3.1 A presença nordestina em Irajá

Este trabalho foi produzido durante a pandemia de covid_19, a primeira etapa que será indicada abaixo já havia sido executada como uma tarefa livre, sem nenhuma indicação de que seria ponto de partida de um trabalho sobre a presença nordestina em Irajá. O título era: “Pesquisa Familiar”. Tal trabalho, que era livre e não foi cobrado como atividade obrigatória, foi devolvido por 53 alunos dos quais 39 ou eram nordestinos ou tinham pelo menos um ascendente (avô ou avó, pai ou mãe) nascido no Nordeste. Vários

tinham a família toda de origem nordestina e eram os primeiros nascidos no Rio, outros não sabiam a origem de seus pais (principalmente o pai, mas em alguns casos também a mãe) ou avós, indicando que o número de pessoas de origem nordestina pode ser ainda maior. Outro fenômeno percebido no período foi o retorno de algumas famílias para o Nordeste por causa das dificuldades geradas pela pandemia.

Sempre tendo como norte os dois objetivos pedagógicos citados anteriormente. Este trabalho será dividido em etapas.

Na primeira, os alunos se identificam através de nome, data de nascimento, cidade onde nasceu e caso tenha nascido fora da região metropolitana do Rio de Janeiro, com quantos anos chegou à cidade. Estas perguntas também serão feitas aos seus pais e avós. A partir do recolhimento destas informações, farei uma análise com as turmas para ter uma ideia do percentual de alunos de origem nordestina (que é o ponto de partida do trabalho) bem como o percentual de alunos nascidos no Nordeste, que tem como função mostrar o quanto esse fluxo migratório ainda se mantém, mesmo que em menor quantidade. Este trabalho é proposto para uma turma de 9º ano, com uma faixa de 35 alunos, tendo em média 14/15 anos. Essa etapa é fundamental para respaldar o trabalho com números. Apesar da evidente percepção no dia a dia, da presença de migrantes principalmente nordestinos e seus familiares ter uma ancoragem baseada em números tem o objetivo de respaldar esse ponto de partida do trabalho e indicar para os alunos a relevância do tema pela enorme quantidade de pessoas que estão ligadas a esse processo migratório e convivem diariamente conosco. Traz a luz e dá ênfase a essa informação que, apesar de ser de conhecimento comum, por vezes passa despercebida.

Na segunda etapa, farei com o grupo de alunos uma sequência didática sobre a migração nordestina, presença nordestina no Rio de Janeiro, expansão da cidade em direção aos subúrbios, sua ocupação e favelização, além das razões de natureza econômica e social que explicam as migrações. Essas aulas são partes fundamentais do processo, pois será através delas que os alunos aumentam sua capacidade de compreensão dos processos formadores de seu entorno. Ou seja, o porquê do bairro de Irajá e seu entorno imediato ter a configuração que ele possui atualmente. Quais os processos históricos que explicam isso. Como ele é consequência da expansão urbana do Rio de

Janeiro em direção as periferias seguindo a malha ferroviária e posteriormente a rodoviária. E como a migração se insere nesse contexto.

3.2 Aulas sobre as razões da presença nordestina na região de Irajá

A segunda etapa será dividida em aulas (os planos de aula referente a essa etapa estão no final do trabalho), que serão organizadas da seguinte forma: na primeira será apresentada a proposta do trabalho que será desenvolvido ao longo do semestre. Na segunda aula a região de Irajá será pensada no período colonial (aqui podemos colocar como recorte temporal o período que vai do início da colonização, ainda no século XVI, passando pela formação da freguesia rural no século XVII e chegando até o Império), a decadência dos engenhos, a expansão do café no vale do Paraíba e o surgimento das ferrovias que vão mudar de forma significativa a configuração do espaço.

O nome Irajá significa a “terra de onde brota o mel”. Tal nome, de origem indígena faz referência direta ao engenho de açúcar existente na região durante o período colonial, este por sua vez construído em território com grande presença indígena. Tal configuração já indica uma característica importante da região: cedo no empreendimento colonial português, a região que hoje é o bairro de Irajá viria a ser ocupada com a unidade produtiva chave dos primeiros anos da colonização portuguesa: o engenho de açúcar. O empreendimento açucareiro era formado a partir da crescente demanda europeia pelo açúcar. No final do século XVI e início do século XVII a produção açucareira chega ao território onde hoje fica o bairro de Irajá, data deste período a formação da Freguesia Rural de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá²², que é o ponto de partida da administração colonial. Importante notar também outra característica derivada da cultura do açúcar: a produção de aguardente. Esta foi uma moeda de troca para adquirir pessoas escravizadas na África, principalmente na região ligada ao Rio de Janeiro durante o período colonial, a região do Congo e de Angola. Dessa forma o açúcar para a Europa e

²² Importante lembrar que o atual bairro de Irajá corresponde a um trecho da antiga freguesia rural, o território da freguesia era consideravelmente maior e corresponde a amplas regiões das atuais zonas norte e oeste do município do Rio de Janeiro, além de partes da atual baixada fluminense.

a aguardente para a África eram dois dos principais produtos exportados a partir da Freguesia rural de Irajá.

O açúcar era a cultura base e a partir dele que se organizavam as demais atividades econômicas ligadas a subsistência e ao abastecimento da região (como os gêneros alimentícios) e a sua infraestrutura (construção e manutenção das casas, do engenho, das estradas, edifícios em geral). A mão de obra utilizada nesse empreendimento era, primeiramente, a indígena escravizada. Em outro momento ocorreu, de forma contínua e sistemática a substituição da mão de obra escravizada, os africanos ocuparam o lugar dos indígenas como os trabalhadores e construtores do empreendimento colonial. Entender a dinâmica desse empreendimento é fundamental para a compreensão do Rio de Janeiro colonial, e mesmo dos primeiros momentos do Império. O açúcar era um produto muito valorizado na Europa. A aguardente era fundamental para adquirir pessoas escravizadas na África. Ambos os produtos possuíam a mesma matéria prima. Produzidos ao longo da costa brasileira, incluindo aí o Rio de Janeiro, eram levados de navio para serem vendidos, o açúcar no continente europeu e a aguardente no africano. A região do atual bairro de Irajá era ocupada em grande parte por antigos engenhos e o açúcar e a aguardente precisavam sair dali para chegar a Europa e a África.



Trecho do rio Acari, navegável e amplamente utilizado para pescaria no período colonial, hoje está inteiramente poluído e frequentemente transborda em períodos de grandes chuvas, sendo sistematicamente cobrado pela população sua dragagem para evitar as enchentes. Foto: Ricardo Cassiano, visto em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/11547-rio-batizou-acari>

Eram os rios o principal (se não o único) meio de acesso da região do atual bairro de Irajá, na antiga freguesia rural ao centro da cidade do Rio de Janeiro e o seu porto. Essa região também foi uma região de passagem de pessoas e tropas em direção as Minas Gerais durante o período da exploração do ouro. A geografia carioca, na região do recôncavo da Guanabara possui algumas características próprias que facilitaram a ocupação do território no interior da Baía. Com uma estreita entrada de acesso ao Oceano Atlântico e um grande fundo no interior da Baía, onde desaguam 45 rios diferentes (ROBERTO, 2009, p.4), é uma região propícia para a ocupação e a produção da cana de açúcar. Irajá é uma região que fica próxima a Baía, em séculos passados, antes de aterros ocorridos ao longo do século XX a região era extremamente próxima ao mar. Os rios, que eram navegáveis, serviam para a chegada de produtos e pessoas a região de Irajá e o escoamento daqueles produzidos na região (aqui com destaque ao açúcar e a aguardente, mas também outros gêneros agrícolas) para o centro do Rio de Janeiro e daí para outros continentes. No entorno do atual bairro de Irajá, existem vários rios que eram navegáveis e foram fundamentais no período colonial: o Irajá, o Meriti e o Acari são bons exemplos.



Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Foto: Oscar Valporto. Visto em: <https://projecolabora.com.br/ods11/rioerua-onde-a-zona-norte-comecou/>

A experiência colonial portuguesa amplamente ligada à Igreja Católica, tinha nas Freguesias pontos de funcionamento tanto do poder religioso quanto do poder civil representado na figura de um Vigário (o bairro de Vigário Geral tem esse nome porque foi região de morada de um dos vigários que administrou a freguesia rural de Irajá), este era tanto o administrador civil quanto o religioso da região. Em Irajá está a igreja de Nossa Senhora da Apresentação, sede desse poder.

Portanto é essa a dinâmica: a compreensão do funcionamento da economia colonial de Irajá fundamentada em torno do engenho de açúcar, o escoamento desses produtos pelos rios que desaguam na Baía e daí para o porto do Rio, e a utilização deste mesmo transporte fluvial como via de chegada de pessoas e produtos vindos de outras partes do mundo, bem como o fato da região ser a base da Freguesia Rural que tinha como centro a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, o necessário a ser informado para termos uma compreensão básica da história colonial da região. É importante que os alunos entendam que a região da Freguesia Rural que levava o nome de Irajá, não correspondia ao atual território de Irajá, e sim a uma zona muito maior que equivale a grande parte das atuais zonas oeste e norte do município do Rio de Janeiro, sendo que bairros como Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral, Coelho Neto, Pavuna, Acari e tantos outros estão ligados diretamente a este processo.

A história colonial da região está intimamente ligada a história da América colonial portuguesa, sendo o engenho de açúcar a unidade produtiva básica e com a existência de toda uma cultura de apoio a esse modelo de produção açucareiro, o desenvolvimento de uma pecuária e agricultura de abastecimento local. Os rios, hoje absolutamente poluídos, eram os meios de transporte mais utilizados para o escoamento de mercadorias e a chegada de produtos de outras partes do mundo. Fundamental que os alunos compreendam que a mão de obra que faz girar a economia colonial, também no caso da região de Irajá, é a mão de obra escravizada. Em um primeiro momento são os indígenas que resistem a presença portuguesa, posteriormente são os africanos escravizados trazidos em larga escala para a região, compreender essa dinâmica é um dos objetivos fundamentais dessa primeira aula a ser elaborada

Na aula seguinte tratamos do início da mudança da configuração urbana da região de Irajá ocorrida entre meados do século XIX e início do XX é outro tema fundamental a ser tratado em sala de aula com os alunos. A expansão das ferrovias recortando o território e facilitando a ocupação, o início da divisão dos bairros e o contínuo aumento da urbanização da região. São as mudanças que ocorrem no período.



Estação Irará-E.F.Rio D'ouro.
Foto: O Correio da Manhã.
Período provável: Final dos Anos 30.
Direitos Autorais: Arquivo Nacional - RJ.
Propriedade Autorizada: Adenilson M. Sousa.

Antiga estação de Irará no final dos anos 1930. Foto: O Correio da Manhã. Direitos autorais: Arquivo Nacional – RJ. Propriedade autorizada: Adenilson M. Sousa. Visto em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_riodeouro/iraja.htm

A característica rural da região que compreendia a antiga Freguesia de Irará foi sendo lentamente modificada a partir do final do século XIX e início do XX. Um dos fatores fundamentais para essa mudança é exatamente o aumento populacional causado pela expansão das ofertas de transporte para a região (ABREU, 2006, p.67/80)²³.

Quando pensamos nas proximidades do atual bairro de Irará e de forma mais ampliada no território que compreendia a antiga Freguesia temos a proximidade de três linhas ferroviárias e da Avenida Brasil, a principal via de acesso da cidade. As três linhas ferroviárias são a antiga estrada de ferro Leopoldina (atualmente o ramal Saracuruna/Gramacho da Supervia) que passa por Braz de Pina, Cordovil, Vigário Geral, Parada de Lucas e outros bairros que estiveram sob a jurisdição da antiga Freguesia. O antigo ramal Rio D'ouro que é a atual linha 2 do metrô (passa por Irará, Colégio, Fazenda Botafogo entre outros) e partes do atual ramal Belford Roxo da Supervia que passa por bairros como Rocha Miranda, Honório Gurgel, Barros Filho, Costa Barros, compreende a antiga Estrada de Ferro Melhoramentos (depois chamado de “Linha auxiliar” da Estrada de Ferro Central do Brasil). Além da Avenida Brasil que corta a cidade na direção Leste/Oeste. Essas expansões estavam ligadas a dois fatores que se relacionavam

²³ Segundo o autor, indicando censos realizados entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX a população da antiga Freguesia Rural saltou de 13mil em 1890 para 99mil em 1920.

diretamente: a expansão industrial do Rio de Janeiro e seu conseqüente aumento populacional.

Sendo Irajá e o território correspondente a sua Freguesia uma área tipicamente rural até o início do século XX, era também um território de passagem entre o Rio de Janeiro e o interior em direção as Minas Gerais. O fluxo de pessoas e mercadorias aumentou consideravelmente no período da mineração ao longo do século XVIII. Tanto a baixada de Irajá quanto a baixada fluminense eram territórios de passagem em direção a Serra do Mar e posteriormente até Minas. Com essas características Irajá se mantinha como área rural, com engenhos voltados para a produção do açúcar que eram escoados pelos rios navegáveis da região que desembocavam na Baía de Guanabara. Era pouco habitado e território de passagem pelas razões já apresentadas acima. É a ferrovia que inicia a mudança de cenário. Se em um primeiro momento a estrada de ferro tinha como objetivo o escoamento da produção cafeeira a partir da segunda metade do século XIX, mais tarde, já no século XX, era o aumento da produção industrial e a necessidade de acesso da mão de obra as áreas industriais da cidade, bem como a sua região central, que a ocupação do território de Irajá aumenta. Nesse período a região vai perdendo aos poucos o seu caráter rural e se tornando cada vez mais urbanizada. As indústrias crescem e necessitam de mão de obra, elas estão no entorno do núcleo original da cidade (atual Centro da cidade). Impedidos de morar no Centro e nas proximidades por causa do preço, essa população começa a se deslocar para os subúrbios por causa da facilidade de transporte ocasionado pela presença da ferrovia.

A partir dos anos 50 do século XX a criação da Avenida Brasil aumenta ainda mais a possibilidade de acesso à região de Irajá. É nesse contexto que o bairro e seu entorno imediato tem grande aumento populacional do qual grande parte são ex-moradores das regiões centrais da cidade expulsos por causa do aumento dos preços e migrantes de outros estados brasileiros, principalmente do Nordeste que vinham em busca de emprego e melhores condições de vida.



Trecho da Avenida Brasil no final dos anos 1950. Foto: O Correio da Manhã. Domínio Público. Visto em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Avenida_Brasil_\(Rio_de_Janeiro\)#/media/Ficheiro:Correio_da_Manhã_AN_450.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Avenida_Brasil_(Rio_de_Janeiro)#/media/Ficheiro:Correio_da_Manhã_AN_450.jpg)

O espaço é ocupado, ora com grande intervenção do estado e uma tentativa de ordenamento do espaço urbano (como na criação dos conjuntos residenciais que existem na região, tanto próximos a Avenida Brasil como nas ruas que ficam no “interior” dos bairros), destacando-se neste processo o conjunto residencial Areal, famoso “Amarelinho de Irajá” que fica localizado entre os bairros de Acari, Coelho Neto e o já citado Irajá. Também é neste contexto que é ocupado o bairro vizinho de Acari. É um bairro da zona norte carioca. Recebeu este nome por causa do rio que nasce no maciço de Gericinó e desagua no rio Meriti. Área residencial, ocupada principalmente por população de baixa renda, tem na linha 2 do metrô, na Avenida Brasil e na Avenida Martin Luther King Junior (antiga Avenida Automóvel Clube) suas principais vias de acesso. Mesmo sendo o nome de um bairro, Acari também é utilizado em outros contextos. Existe a favela de Acari (Parque Acari), existe o Complexo do Acari que engloba além da favela já citada outras tantas que estão nas proximidades. A ocupação do local começou a partir da década de 1940, com a abertura da Avenida Brasil e o desenvolvimento de indústrias na região. Sendo ocupada principalmente por imigrantes de origem nordestina. Atualmente é uma das regiões com menor IDH e renda per capita do município.

Esta aula tem por objetivo apresentar a mudança contínua e persistente do caráter agrário e rural da região para o atual caráter urbano. Tal mudança, contínua e lenta ao longo do tempo se deu a partir da combinação de alguns fatores: o aumento da oferta de



Fazenda Botafogo, um dos muitos conjuntos da região, beirando a Avenida Brasil. Foto: autor desconhecido. Domínio Público. Visto em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fazenda_Botafogo

transportes para a região a partir das ferrovias, ainda no século XIX e da Avenida Brasil já no século XX. O crescimento populacional da cidade, tanto por meio natural quanto por meio das migrações e a ocupação de regiões fora do Centro histórico da cidade depois das reformas urbanas na área central no início do século XX. Posteriormente as indústrias foram cada vez mais se afastando do Centro, ampliando a oferta de empregos e, desta forma favorecendo a ocupação de novos territórios. A proximidade com a linha férrea e com avenidas fundamentais como a Avenida Brasil e a Avenida Pastor Martin Luther King Jr dão a região amplo acesso a diversas áreas da cidade. Portanto compreender a mudança do caráter rural para o urbano da região, quais os fatores possibilitaram e incentivaram essa mudança e como ela ainda ocorre atualmente.

É interessante que os alunos compreendam a diferença entre as dinâmicas de transporte e movimentação de pessoas de uma região rural, ou uma região de pouca urbanização, para um sistema muito urbanizado e fartamente servido de rede de transporte e vias de acesso. Muitos alunos têm parentes que, ou vivem em pequenas cidades, ou vivem em bairros da baixada fluminense ou zona oeste do Rio de Janeiro onde as vias de acesso são menos numerosas e as opções de transporte são mais escassas, além da distribuição das casas ao longo do território e da existência de espaços “vazios” como terrenos sem nada construído. Pedir que os alunos reflitam e comparem em relação as dinâmicas de movimentação de pessoas, uso e ocupação do solo, rede de transportes e

vias de acesso será uma maneira muito eficiente para que entendam a diferença entre as dinâmicas de viver em um local muito urbanizado e em outro de menor urbanização e caráter rural. Dessa forma eles terão melhor compreensão do ambiente onde vivem e quais as dinâmicas políticas que moldaram esse ambiente. Ter essa compreensão é o objetivo da terceira aula.

A quarta e quinta aulas tem por objetivo levar os alunos a refletirem sobre a estrutura urbana, pensando em suas moradias e as características que possuem, onde vivem, por que existe tantas diferenças entre elas e como tais diferenças estão ligadas as questões políticas da época de sua formação. Podemos pensar algumas características das moradias existentes na região. Existem as antigas e típicas casas suburbanas, com características de construção antiga, anteriores ao boom populacional ocorrido a partir dos anos de 1970, nas ruas “internas” dos bairros (pensando aqui em Coelho Neto, Irajá e partes do bairro de Acari), casas amplas, com um ou dois andares, um espaço na frente que pode ser um quintal ou uma garagem²⁴. Tais casas seguiam um padrão em relação ao seu tamanho e fachada. Estas características, incentivadas pelo Estado dentro da mesma lógica higienista das reformas urbanas do início do século XX (SILVEIRA, 2009, p.4), estavam presentes nas primeiras zonas de ocupação suburbanas próximas as estações ferroviárias, ainda hoje podemos ver essas características em casas próximas as estações de Coelho Neto, Colégio, Irajá e outros bairros próximos. Outras são conjuntos construídos, prédios como são conhecidos, construídos em diferentes momentos históricos²⁵. Por fim temos construções mais precarizadas, principalmente nas regiões mais carentes e de ocupação mais recente.²⁶

Estas regiões foram ocupadas em diferentes momentos históricos. As casas típicas de subúrbio são aquelas construídas há mais tempo, tanto por sua relação com o espaço

²⁴ Poucas ainda mantêm os muros baixos, mas a maioria ou foram gradeadas ou colocaram muros altos, provavelmente por causa da insegurança vivida nessas regiões.

²⁵ A região possui bastantes desses “prédios” ou “conjuntos”, os mais conhecidos são a Fazenda Botafogo e o conjunto residencial Areal de Irajá, conhecido como Amarelinho. A própria escola fica dentro de um conjunto e uma rua próxima, uma das principais vias da região, Aníbal Porto, também possui muitos conjuntos.

²⁶ Uma extensão da favela do Acari é a região conhecida como “Fim do Mundo”, décadas atrás era uma fazenda.

(são consideravelmente maiores do que os apartamentos e as casas mais precarizadas), quanto as características da construção original (muros baixos, casa espaçosa e originalmente com um andar, essas características foram mudando ao longo do tempo, principalmente a questão da altura dos muros e os andares das casas, mas algumas mantém esse padrão). No período entre os anos 1940 e início dos anos 1980 surgem os conjuntos habitacionais, financiados por institutos como o IAPI e posteriormente o INPS (substituto do IAPI). Data desse período a Fazenda Botafogo²⁷, o Conjunto do Amarelinho e o IAPC de Coelho Neto, além dos conjuntos da Avenida Brasil na altura de Irajá e da rua Aníbal Porto. Por fim, do final dos anos 1980 em diante temos um aumento da ocupação das áreas correspondente as favelas. Essas favelas que já existiam aumentam consideravelmente de tamanho, este padrão de ocupação não é único da região e se repete em diversos pontos dos subúrbios do Rio de Janeiro.



²⁷ O conjunto foi criado juntamente com o Distrito Industrial de Fazenda Botafogo, ainda ativo, no final dos anos 1970 para abrigar trabalhadores das empresas que iriam se instalar no local.



Três típicas casas suburbanas na região de Irajá. As fotos foram retiradas de um site de venda de casas. Visto em: <https://www.imovelweb.com.br/propriedades/casa-de-rua-a-venda-iraja-rio-de-janeiro-2931395042.html>

É possível, a partir desse resumo pensar a ocupação dos subúrbios a partir de 3 eixos norteadores: o primeiro dentro da lógica higienista do início do século XX pensa as casas populares como locais que precisam ser espaçosos e “saudáveis” com fachadas atraentes, para que possam ser ocupados por pessoas “saudáveis e eficientes”, “bons trabalhadores e cidadãos”, ou seja, o oposto do que se verificava nos antigos cortiços, que era o conceito de moradia que pretendiam superar (SILVEIRA, 2009, p.5). Estas concepções pensavam que o local de moradia era formador do caráter e da personalidade do seu morador, então morar em um lugar que, segundo a visão higienista da época era

“degenerado” gerava pessoas “degeneradas”, desta forma uma das maneiras de superar tal condição era oferecendo moradias mais adequadas (VALLADARES, 2005, p40-41)²⁸.



Hospital Ronaldo Gazolla, também conhecido como Hospital de Acari. Um dos mais relevantes aparelhos públicos da região, no bairro de Acari, em frente a linha do metrô, próximo as principais vias de acesso da região (Avenida Brasil e Avenida Martin Luther King Jr). Foto: Hipólito Ferreira. Arquivo – Agência o Globo.

No segundo, o acelerado crescimento populacional e industrialização leva a pensar uma forma de oferecer moradia a população que fosse barata, eficiente e pudesse em um espaço relativamente pequeno abrigar muitas pessoas, de preferência próximas ao seu local de trabalho ou a vias de acesso deste. É neste contexto que surgem os conjuntos habitacionais já citados anteriormente. Interessante notar como a preocupação com a “formação do caráter”, “saúde” e “estética” é deixada de lado em nome de uma lógica de racionalização e economia do espaço. Por fim temos o terceiro eixo que é a diminuição do Estado na interferência direta da formação, construção e regulação das casas, dessa forma diminui a oferta de novos condomínios²⁹ e devido à grande ocupação do espaço urbano é impossível construir novas casas com as características das antigas, as áreas existentes que possibilitam a construção de novas moradias, são exatamente aquelas

²⁸ Licia do Prado Valladares nos lembra que médicos e engenheiros foram os governantes da cidade no início do século XX e tinham uma visão preconceituosa em relação a questão da moradia.

²⁹ Houve no contexto do programa “Minha casa minha vida” um aumento na construção de condomínios ao longo dos anos 2000, porém a região de Irajá e seu entorno imediato foi pouco atingida por esse aumento, em parte porque a ocupação do solo já era bastante elevada. O mais próximo desses condomínios recentes é o que fica onde era a antiga fábrica conhecida como “Cimento Branco”.

próximas as favelas ainda não ocupadas, como no caso de uma região próxima a favela do Acari conhecida como “Fim do Mundo”.



Nas imagens acima temos uma foto da favela do Acari, tirada do lado oposto da estação ferroviária. Foto: autor desconhecido. Visto em: <https://jornalempoderado.com.br/la-em-acari> e O Conjunto Residencial Areal, o popular “Amarelinho”. Foto: Marcos Tristão. Agência O Globo. Visto em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeito-inaugura-reforma-em-complexo-habitacional-do-amarelinho-no-iraja-2804954>

Portanto, eis o eixo fundamental das aulas 4 e 5: compreender que a configuração urbana que temos hoje, inclusive as moradias e o tipo de moradia têm relação direta com as políticas públicas elaboradas (ou não) pelos agentes políticos para a região de onde

vivemos. Não é um processo espontâneo, mas é mediado por diversos fatores, interesses e visões de mundo que facilitam ou dificultam certas maneiras de organizar o espaço.

Segundo Durval Muniz “Nordeste” é um conceito de recente invenção. Até o início do século XX a divisão do Brasil se dava entre “Norte e Sul”. A ideia de “Nordeste” seria uma invenção das elites econômicas decadentes da região que, com a crise na produção de açúcar e o avanço do café no Rio de Janeiro e em São Paulo, perdiam ano após ano seu poder de influência e de decisão no cenário nacional (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.65). Atualmente, ao estudarmos sobre o início da colonização portuguesa aprendemos que o Nordeste é o local onde primeiro se ocupa o território pelos portugueses. É onde se funda a primeira capital (Salvador) e onde primeiro se desenvolve a cultura da cana de açúcar (Salvador e Recife).

Ao longo dos séculos a ocupação da região foi baseada nos engenhos de açúcar, na pecuária ao longo do Rio São Francisco e regiões próximas. Foi uma região disputada dentro da lógica colonial, sendo invadida em diferentes momentos por franceses e holandeses. Durval, lembra que para Gilberto Freyre (que ele considera como o responsável pela invenção e consolidação da ideia de Nordeste), esse território com características próprias, como o latifúndio, a cultura do engenho de açúcar, as relações escravocratas, aristocrata e patriarcal é a origem do Brasil. Tal região, o centro econômico da colônia durante o período onde o açúcar foi o principal produto exportado, entra sistematicamente em decadência quando o café começa a se destacar como o grande produto brasileiro no mercado externo. A partir do final do século XIX as notícias das secas afetando grande parte da população local começa a chegar ao Rio de Janeiro (então capital do país).

Nesta sexta aula, a intenção é compreender que o conceito de “Nordeste” surge a partir de Gilberto Freyre nas primeiras décadas do século XX (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.99), lembrando que o termo não era de uso recorrente antes. Como a região que hoje conhecemos como “Nordeste” foi o centro econômico da colônia (tomando o cuidado de evitar cair na generalização, lembrando que existe uma pluralidade na região), e como a concorrência com o café do sudeste, mais a perda da importância da cultura do açúcar iria levar a decadência econômica da região e de suas elites no cenário nacional.

Ao longo do século XIX ocorreu uma sistemática transição de poder econômico no Brasil. O açúcar, principal produto exportado pelo país desde o período colonial, elemento fundamental na formação das três principais cidades da época: Recife, Rio de Janeiro e Salvador era substituído gradativamente pelo café. O açúcar foi produzido ao longo da costa brasileira e no entorno das três cidades citadas. O clima e o solo possibilitavam o plantio da cana nas proximidades destas cidades. O açúcar foi produzido em largas porções do litoral brasileiro, desde onde hoje fica o Rio Grande do Norte até regiões do atual estado de São Paulo.

A partir do início do século XIX o café teve seu consumo aumentado gradativamente (repetindo um processo que aconteceu nos séculos anteriores com o açúcar). Tal aumento está relacionado com a popularização do produto, principalmente em regiões do mundo onde a revolução industrial estava acontecendo. A bebida é vista como estimulante. O aumento do consumo foi visto como oportunidade de negócios pelos brasileiros.



Pessoas escravizadas trabalhando em uma fazenda de café. Foto: Marc Ferrez - Coleção Gilberto Ferrez/Acervo do Instituto Moreira Salles Visto em: <http://www.iea.usp.br/imagens/escravos-em-fazenda-de-cafe-no-vale-do-paraiba/view>

O café já era plantado no Brasil, em escala local e sem grandes interesses para exportação desde meados do século XVIII. A partir do século XIX ele se expande como cultura, tendo como ponto de partida a região do Vale do rio Paraíba entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O solo virgem, o clima ameno, a altitude do local facilitavam

a produção do café. Importante notar o quão diferente são as condições para o plantio do café e do açúcar, isso explica por que foram produzidos em locais diferentes, impossibilitando que as antigas regiões produtoras de açúcar pudessem migrar para a produção do café. Sendo o açúcar uma cultura mais antiga, era explorado em outras regiões das Américas também (como Cuba e Antilhas), tais explorações faziam com que o produto brasileiro tivesse grande concorrência no mercado internacional. Com o café o mesmo não acontecia, o Brasil se tornou o maior produtor ao longo do século XIX e poucas regiões do mundo eram concorrentes.

Ao longo do século XIX e início do XX o solo da região do Rio Paraíba foi se esgotando, a produtividade foi diminuindo e a cultura do café migrou em direção ao oeste do estado de São Paulo. A elite cafeeira ligada a produção no vale ou entrou em decadência ou migrou para o oeste paulista, tais desdobramentos econômicos e políticos da transição da produção cafeeira do Vale do Paraíba para o oeste paulista estão ligados a queda do Império e a transformação do Brasil em uma República.

O avanço do café fez surgirem os “Barões do Café”, elite econômica ligada a produção e exportação do café que sistematicamente se tornaram os principais atores políticos do país, tanto no período imperial quanto no republicano. Receberam títulos de nobreza do Imperador e eram os principais beneficiados das políticas públicas elaboradas durante o Império.³⁰

Esse avanço do café e de seus representantes na política nacional, se deu em substituição a elite anterior ligada ao açúcar, então antigos proprietários empobrecidos, ou mesmo aqueles que ainda tinha relevância econômica eram preteridos nos arranjos políticos frente aos novos senhores. No âmbito local continuavam exercendo sua autoridade, mas em nível nacional eram cada vez menos influentes. O cafeeicultor e o Barão do Café eram para a política e a representação simbólica de poder aquilo que o senhor do Engenho tinha sido nos séculos anteriores.

³⁰ Aqui podemos pensar dois movimentos políticos do Império que favoreciam diretamente os cafeeicultores: a demora e contínuo atraso do Brasil em abolir o tráfico de escravos, enfrentando a pressão da principal potência mundial da época e a Lei de Terras que beneficiava os grandes proprietários em prejuízo aos escravos libertos, pequenos proprietários e posseiros.

O avanço do café, ao longo do século XIX se dá em um período histórico onde a revolução industrial no centro do mundo capitalista está em amplo processo de aceleração. Os avanços tecnológicos no período são incorporados tanto a produção de café quanto a infraestrutura das regiões ligadas a produção. As ferrovias surgem na região a partir de meados do século para melhorar e facilitar o transporte da mercadoria. Os portos são modernizados e ampliados (principalmente, no caso do Rio de Janeiro, aqueles que deságuam da Baía de Guanabara e os fluviais ao longo dos rios que deságuam na mesma Baía). Conforme o café se expande em direção a São Paulo, o mesmo padrão é repetido. Melhoria da infraestrutura para o transporte da mercadoria, melhoria dos portos de escoamento. Tais melhorias e modernização são acompanhadas de uma série de serviços que surgem a partir das ferrovias, melhoria e ampliação dos portos e do dinheiro que entrava no país a partir da exportação do café.

Nesse período (a partir de meados do século XIX até meados do século XX) convencionou dizer que, principalmente a cidade do Rio de Janeiro a partir do final do século XIX e a cidade de São Paulo no século XX passam por um grande período de “modernização”. Uma série de novos serviços surgem, a população aumenta, grandes obras públicas são realizadas, grande dinamismo econômico e social ocorre nessas duas cidades. Nas décadas seguintes, financiados com dinheiro do café, vão surgir novos empreendimentos como pequenas indústrias, o comércio vai se ampliando e diversificando, novos imigrantes chegam de outros países³¹ e a região no entorno das duas cidades vai cada vez mais se consolidando como o centro econômico do país. Os portos de Santos e do Rio de Janeiro são os grandes responsáveis pelo volume do comércio exterior brasileiro. O sudeste do país se torna o centro dinâmico da economia nacional.

A sétima aula tem, como desdobramento, o objetivo de entender a ascensão econômica da região sudeste até o ponto onde ela se torna o principal centro econômico do país.

Durante o período de avanço do café no Sudeste, no Nordeste a economia que girava em torno do açúcar e, em menor medida, do algodão sofre efeitos da concorrência

³¹ Principalmente da Europa já no final do Império, a partir da república essa imigração é ainda mais incentivada com uma lógica eugenista, esses imigrantes viriam “branquear” o país substituindo progressivamente a população negra de origem africana recém liberta da escravidão.

internacional para os produtos. A produção de açúcar e algodão continuava a existir, porém sem o brilho de outros momentos e com muito menos influência dos seus senhores na política nacional. É desse período que vem as primeiras notícias das grandes secas que assolavam a população nordestina. São particularmente famosas a grande seca de 1877-78 e a de 1915.³² Em ambas há semelhança no processo, grande migração de pessoas do agreste no interior para a zona da mata no litoral, grande quantidade de mortos, criação de bolsões (chamados por alguns de campos de concentração) para que as pessoas não chegassem as principais cidades, registros de saques, roubos e mortes. Os movimentos messiânicos ocorridos na região (com destaque ao caso de Canudos) e o cangaço estão ligados a essa realidade.

A estrutura econômica que em outros períodos foi capaz de absorver essa mão de obra, não é mais, logo no período que vai do final do século XIX a primeira metade do XX os problemas sociais se tornam maiores principalmente no agreste e no sertão.

A transição da produção de açúcar do engenho para a usina diminui a necessidade de mão de obra, conseqüentemente diminui a quantidade de pessoas que vivem diretamente do açúcar, elas agora precisam migrar para outras atividades econômicas. Estes, como forma de se proteger e sobreviver, migram cada vez mais para o interior e formam pequenas propriedades rurais voltadas para a subsistência, prestando serviços pontuais para os donos dos grandes latifúndios da região e trabalhando de tempos em tempos nas “frentes de trabalho” propostas pelo governo federal como estratégia de combate ao problema das secas (DORIGATTI JR, 2010, p.27). Tal modelo: a agricultura de subsistência, as frentes de trabalho e os serviços pontuais para os fazendeiros locais, mantinham esse trabalhador e pequeno proprietário sempre preso a uma relação de produção inconstante e que dependia do controle e da demanda dos senhores locais. As frentes de trabalho e o trabalho para o senhor eram sempre controlados a partir do poder político exercido pelos senhores da região³³ que mantinham uma mão de obra fundamental próxima de suas áreas de domínio exercendo sobre esses o seu poder. Estes senhores que perderam seu poder em escala nacional, agora recebiam e controlavam os

³² Essa retratada no romance “*O Quinze*” de Rachel de Queiroz

³³ Ainda que a verba para essas frentes viesse do governo central no Rio, quem controlava o uso dos recursos eram os fazendeiros locais.

recursos enviados pelo governo federal a região, através do controle desses recursos mantinham em nível local o poder que perderam em escala nacional.

A agricultura de subsistência que existia na região era suficiente para alimentar uma família e realizar trocas pontuais no comércio local, em pequenas propriedades diante de condições normais de clima. Em períodos de seca tais populações passavam por grandes dificuldades, com risco de fome e aumento da dependência do senhor local. Tal arranjo econômico é o que ocasiona o grande movimento de migração de pessoas das regiões onde essa relação social se verifica para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Portanto é objetivo da oitava aula que o aluno compreenda o quanto o modelo econômico existente no Nordeste se tornou incapaz de atender plenamente a população local e são essas dificuldades na vida material, a pobreza e o risco da fome que “empurram” parte significativa dessa população para a migração.

A nona aula tem por objetivo compreender os aspectos políticos e econômicos que possibilitaram e incentivaram a migração, sendo a combinação do que foi tratado na sétima aula (ascensão econômica do Sudeste) e na oitava (decadência das elites econômicas nordestinas) mais as dificuldades materiais de parte da população mais carente da região. São esses os fatores básicos que impulsionam o movimento de saída de pessoas do Nordeste em direção ao Sudeste.

Os três fatores fundamentais para a migração são: as condições econômicas e sociais que geram a “expulsão” populacional do Nordeste. A atração gerada pelas condições econômicas no Sudeste. Porém falta o fator que permite o deslocamento das pessoas entre as duas regiões. Daí que a ampliação e modernização dos meios de transporte é um dos fatores fundamentais para a migração.

Existem relatos de migrantes nordestinos chegando ao Rio de Janeiro e a São Paulo (por Santos) sempre por navio ao longo do século XIX e início do XX. Já no século XX, em meados do século, a partir da década de 1940 os meios de transporte começam a ficar mais variados e a atração econômica gerada pelo Sudeste fica maior. Uma alternativa (caso estivesse nas proximidades da região, em partes do Ceará, Piauí, Paraíba ou Pernambuco) é chegar até a cidade de Juazeiro na Bahia, divisa com Petrolina em Pernambuco pegar um “vapor” e ir subindo o Rio São Francisco até a altura da cidade de Pirapora e de lá pegar o trem que poderia levar ao Rio ou São Paulo (FERRARI, 2005, p.64). Outra opção era pegar o trem na estação de Montes Claros - já que essa era menos movimentada - (FERRARI, 2005, p.105). Era possível de Pirapora ir até Barra do Piraí e fazer a baldeação em direção a São Paulo ou ir direto para o Rio de Janeiro. Este mesmo sistema ferroviário, em outro entroncamento chegava até Salvador. Outro caminho possível era ir direto de trem caso a localidade de onde se partia estivesse servida do meio de transporte. Indo de cidade em cidade, estação a estação e fazendo as baldeações era possível chegar ao Rio ou São Paulo. Os chamados “pau-de-arara” já existiam e circulavam na época mesmo com as estradas ainda muito precárias. Existia certo equilíbrio entre os meios de transporte.



Vapor Wenceslau Braz navegando no Rio São Francisco. Arquivo Nacional. Fundo Correio da Manhã. BR_RJANRIO_PH_0_FOT_01790_107

Apenas com a abertura da Rio-Bahia (em 1949, mas somente totalmente pavimentada no trecho entre Rio e Feira de Santana em 1968) que o transporte por

caminhão (o já citado pau-de-arara) ou ônibus suplantou o transporte por trem em relação a vinda dos migrantes nordestinos (FERRARI, 2005, p.108).³⁴



Trecho da Rio-Bahia na altura do município de Catuji/MG. 1952. Foto: Lindalvo Bezerra dos Santos e Stivan Faludi. Fonte: IBGE.

Já a partir de meados da década de 1950 em diante o transporte rodoviário se torna o principal meio de ligação entre o Nordeste e o Sudeste. Ao longo das décadas seguintes rodovias como a BR-116 e a BR-101 que atravessam o Brasil do Nordeste ao Sul cortando os estados do Sudeste (a BR-116 atravessa Minas Gerais fazendo um trajeto por serras e regiões interioranas, já a BR-101 atravessa o Espírito Santo beirando o litoral) possibilitaram essa integração cada vez maior. Nas últimas décadas é possível de ônibus fazer o trajeto entre o Rio de Janeiro e praticamente todas as grandes cidades e capitais do Nordeste, também o fluxo contrário tem grande demanda. A mesma lógica se aplica a São Paulo.

Portanto é objetivo da nona aula compreender a malha de transporte existente que permite a ligação entre o Nordeste e o Sudeste, bem como compreender outra característica importante na história dos transportes no Brasil, também já trabalhada em

³⁴ Tal rodovia é tão importante para a história do Brasil que além de se tornar o principal meio de acesso dos migrantes nordestinos vai tomando o lugar da estrada de ferro Leopoldina como principal meio de transporte de mercadorias no trecho entre Rio e Bahia, cortando grande parte da região leste do estado de Minas Gerais.

aulas anteriores em relação aos transportes do Rio de Janeiro, a transição de um modelo baseado na ferrovia para um modelo rodoviário.



Caminhão Pau de Arara nos dias de hoje. Foto: autor desconhecido. Visto em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/cariri/cidades/audiencia-publica-em-juazeiro-debate-o-uso-do-pau-de-arara-durante-as-romarias/11160>

Já trabalhamos nas aulas anteriores as razões das migrações no campo social e econômico. Cabe agora compreender de forma um pouco mais atenta quais as razões que levam a tal. A decadência econômica e as relações sociais no Nordeste, principalmente no agreste e no sertão, mais a crescente urbanização e industrialização no Sudeste gerou por um lado uma demanda por mão de obra para os mais variados empregos, seja na indústria, construção civil, serviços ou comércio. Por outro lado, o Nordeste, com parte de sua população ligada a uma economia de minifúndio e subsistência, quando as condições climáticas se tornavam muito difíceis eram levados a migração como alternativa para melhoria das condições materiais de vida. Importante lembrar que o controle dos recursos de apoio vindos do governo federal, concentrados nas mãos das elites locais fazia com que tais recursos ao invés de serem aplicados na melhoria das condições dos sertanejos eram aplicados de acordo com os interesses dos grandes fazendeiros e proprietários de terras. A miséria do sertanejo tinha para o senhor local vantagens: como comprar os animais, objetos e a terra do sertanejo que buscava migrar de forma desesperada a preços baixíssimos, ou contratar a sua mão de obra com remuneração mínima que lhe garantiam apenas o suficiente para subsistência os deixando

no limite da fome. Aqueles que não queriam mais se sujeitar a estes desmandos preferiram o risco e a incerteza da migração.

Outro fator que colabora para o aumento da migração é uma acentuada percepção na população de que melhores oportunidades seriam encontradas no Sudeste. Isso ocorria porque a informação chegava aos nordestinos ou por carta ou através de alguém que voltava da viagem e dizia como foi seu período no Sudeste. Por outro lado, com o aumento dos transportes rodoviários ocorre uma propaganda cada vez maior de agências de viagens, donos de caminhões que faziam o transporte entre as regiões, surge uma verdadeira indústria baseada no transporte dos migrantes para o Sudeste (FERRARI, 2005, p.112).

Portanto este é o tema da décima aula, as condições que possibilitaram e incentivaram a migração. Compreender o que era atraente no Sudeste, quais os fatores causavam a expulsão no Nordeste e quais os meios que interligavam as duas regiões, permitiam a conexão com o território e incentivavam a migração como um fenômeno social de grande escala e duração na história brasileira.

O nordestino, que fará a migração dentro de determinadas condições, sabia da existência desse sistema de transporte de pessoas bem como das oportunidades no Sudeste. Essa “rede” de circulação de informações, pessoas e produtos funcionou e abasteceu as pessoas nas duas pontas (no Nordeste e no Sudeste) abrindo um leque de possibilidades em suas vidas como forma de pensar estratégias para sobreviver e fugir das condições de pobreza no Nordeste. Este foi um sistema tão eficiente que criou uma rede enorme de migração, gerando um fluxo que representa o maior fluxo migratório da história do Brasil e um dos maiores da história mundial, contribuindo decisivamente para a mudança do caráter agrário e rural do Brasil para um urbano e industrial. Abriu as portas para que uma parte significativa da população do Nordeste brasileiro achasse uma forma de escapar de uma vida de grandes dificuldades e escassez. Importante frisar que grande parte dessa população vai morar nas periferias das grandes cidades com muitas dificuldades do ponto de vista econômico e em relação a infraestrutura dos locais onde vão viver, porém a mudança das condições econômicas nas grandes cidades que neste período passam por grande processo de urbanização e industrialização permitem que essas populações tenham uma significativa melhora nas suas condições materiais de vida,

além de acesso a serviços e uma estrutura que não existem em sua região natal (como escolas, hospitais, rede de transporte e oportunidades de emprego).

Fundamental nessa aula demonstrar como que a história, lembrando a já citada formulação de Marc Bloch e José D'Assumpção, é a ação do homem no tempo e no espaço, porém tal ação não se dá no vazio, e sim em condições pré-definidas que não são determinadas nem controladas pelos sujeitos. Somente podemos compreender a história da migração nordestina para o sudeste e a história de cada indivíduo que faz esse caminho, se compreendermos quais foram os fatores de natureza econômica, política e histórica que permitiram que o Sudeste se tornasse um polo de atração de pessoas a partir do século XX e como a industrialização e urbanização acelerada de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro foram os fatores que possibilitaram esse fluxo. Para compreendermos tais fatores é necessário entendermos como o período cafeeiro transformou o Sudeste no centro dinâmico da economia brasileira e como a industrialização ocorreu nas proximidades das cidades que foram os principais portos de saída do café na virada dos séculos XIX para o XX. Esta compreensão é fundamental para entendermos que a história se dá, tanto na perspectiva micro como na macro a partir de uma correlação de fatores e que, sem a compreensão exata do que ocorreu no macro teremos dificuldades de entender as razões e possibilidades do que ocorre no nível micro. Somente podemos entender as razões, em nível micro da migração realizada por essas pessoas se compreendermos no macro quais foram as condições políticas, econômicas e históricas que tornaram o Sudeste um polo atrativo para esses migrantes e o Nordeste um polo de “expulsão” de pessoas.

3.3 Presença nordestina no Rio de Janeiro

A terceira etapa consiste em pesquisar na cidade do Rio de Janeiro e na sua região metropolitana espaços que fazem referência a presença nordestina,³⁵ depois pesquisar personalidades de origem nordestina que vieram para o Rio de Janeiro e contribuíram nos

³⁵ Podemos pensar aqui o Centro de Tradições Nordestina no campo de São Cristóvão, A Feira de Caxias e o Museu da Maré.

mais variados campos da sociedade carioca.³⁶ Esta etapa tem fundamental importância para os dois objetivos tratados no início desse trabalho: a



Migrantes nordestinos chegando ao Rio de Janeiro na metade do século XX. Foto: autor desconhecido. Arquivo / Agência O Globo

valorização da identidade nordestina ignorada ou desvalorizada pelos alunos e o desenvolvimento da percepção da produção histórica por eles na execução do trabalho. No primeiro caso, a valorização da identidade se dá pela importância que os lugares citados tem na sociedade carioca e a percepção da influência que os personagens nordestinos citados tiveram no cotidiano carioca: cultura, política, religião, todas as etapas da vida carioca foram influenciadas pela presença nordestina e alguns destes personagens tem presença marcante nela.³⁷ No segundo podemos usar o estudo sobre essas personalidades e sua relação e influencia no Rio de Janeiro como método de compreensão do procedimento do historiador para produzir história, usando a biografia de um desses personagens como ferramenta para estudar a história da cidade do Rio de

³⁶ Na música temos Jackson do Pandeiro, Luiz Gonzaga, Bezerra da Silva, na televisão temos Chico Anysio, Renato Aragão, na religião de origem afro temos Joãozinho da Goméia, na política Tenório Cavalcanti e outros.

³⁷ Trabalhar como a música de Luiz Gonzaga e Jackson do Pandeiro tiveram grande repercussão no Rio com um estilo diferente do samba que era o gênero musical dominante. Também podemos trabalhar com a música “Sapopemba e Maxabomba” de autoria de Nei Lopes (outra personalidade do bairro de Irajá) que trata da passagem do tempo, mudança dos nomes de locais do Rio e cita Tenório Cavalcanti e Joãozinho da Goméia.

Janeiro e suas proximidades no período de vida deste personagem.³⁸ O estudo da formação dos locais citados anteriormente (Centro de Tradições Nordestinas, Museu da Maré e Feira de Caxias), sua relação com o entorno imediato e a migração nordestina também é ferramenta para desenvolver nos alunos a compreensão do método de produção da história. Aos alunos nessa etapa, será solicitado que pesquisem informações sobre essas personalidades.

3.4. Preparando as entrevistas

A partir daí temos um cenário montado da seguinte forma: a pesquisa familiar feita pelos alunos com o intuito de estabelecer de forma aproximada a porcentagem de alunos que possuem origem nordestina ou são nascidos no Nordeste, a sequência didática explicando as razões que motivaram e possibilitaram esse fluxo migratório e as aulas sobre a presença nordestina no Rio através de espaços que façam referência a essa presença e personalidades de origem nordestina. A etapa seguinte consiste em colocar os alunos para produzirem material a partir de uma pesquisa/entrevista feita com migrantes do convívio deles (podem ser parentes, vizinhos, amigos) dentro de certas regras: a entrevista deve ser feita pensando na sequência didática apresentada acima, isso precisa ficar claro para os alunos. O estudo é sobre a migração nordestina para o Sudeste, mais especificamente a região de Irajá e seu entorno. Esse evento histórico da sociedade brasileira ocorreu dentro de características específicas como as já ditas acima. Ter essas características em mente é importante para que as entrevistas dialoguem com a proposta do trabalho.

Este trabalho tratou sobre os mecanismos que incentivaram e possibilitaram a migração, já citados anteriormente, mas é bom reforçar: oferta de trabalho no Sudeste a partir do avanço da urbanização e industrialização nas décadas passadas, dificuldades econômicas no Nordeste e a criação de condições de transportes entre as duas regiões bem como o estabelecimento de um fluxo migratório contínuo ao longo de décadas.

³⁸ Estudar a atuação política de um personagem como Tenório Cavalcanti é também fazer um estudo sobre a história do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias.

Portanto, para a pesquisa/entrevista é importante entender os mecanismos que incentivaram cada um dos entrevistados a migrar, quais as diferenças nos modos de vida, de lazer, de trabalho e de vivências de seus locais de origem para o Rio de Janeiro, como foi sua adaptação ao local, que tipo de trabalho tinham lá e realizam aqui, o que os prendem ao local, por que voltar ou não e como foi o trajeto entre o Nordeste e o Rio. Que tipo de memória afetiva tem em relação ao local de onde vieram e qual a sua relação com o local onde vivem atualmente. Além de pensar quais locais no Rio de Janeiro que remetem ao seu local de origem ou onde sentem a existência de uma presença de migrantes nordestinos (pensando em locais onde essa presença é marcante).



As duas imagens acima se referem a Centros de Tradições Nordestinas. A primeira é a já conhecida em São Cristóvão, que tem origem em uma das primeiras feiras organizadas por nordestinos no município do Rio de Janeiro. A segunda fica no município de São Gonçalo, inaugurada em 2020. Foto 1: Visto em: <https://diariodorio.com/breve-historia-da-feira-de-sao-cristovao/> - Foto 2: Divulgação. Visto em:

<https://www.osaogoncalo.com.br/cultura-e-lazer/77757/sao-goncalo-inaugura-centro-de-tradicoes-nordestinas-neste-sabado-25>

Na aula para estabelecer os critérios da entrevista esse norte orientador citado anteriormente precisa ficar claro. Daí o ponto seguinte é estabelecer os critérios para a escolha do entrevistado: precisa ser alguém com mais de 30 anos, migrante nordestino e que vive nas proximidades da escola (pode ser no bairro de Irajá, Acari, Coelho Neto e outros onde vivem os alunos). Tal critério pode ser debatido em sala ou definido pelo professor. Na etapa seguinte o professor, utilizando os critérios estabelecidos com os alunos fará uma entrevista com uma pessoa dentro destes critérios. Tal entrevista será analisada em sala de aula junto com os alunos, para saber se foi capaz de responder aos questionamentos elaborados dentro da proposta e se ela dialoga com o norte orientador do tema que é a migração nordestina e suas razões.

3.5 Sabina Loriga e Beatriz Sarlo para trabalhar a questão do testemunho em primeira pessoa

Dialogando com Sabina Loriga em “*Norma e possibilidade*”³⁹ é importante dizer que não temos a intenção de mostrar um cenário onde personagens comuns são apresentados de tal maneira que estão plenamente encostados no contexto social onde vivem. Sendo assim são mostrados como fracos e passivos incapazes de produzir nada de excepcional, apenas um produto acabado do meio (Loriga, 1998, p.246). Aqui a intenção é exatamente o oposto, o meio social onde vivemos, o arranjo cultural, econômico, político é fruto da ação dessas pessoas, portanto elas são as construtoras do meio social onde vivemos, ora em colaboração, ora em conflito com os poderes estabelecidos, lutando para manter suas vidas, sua sobrevivência (muitas vezes em condições extremas).

A tarefa de deslocamento da sua região de origem em direção a outro território em busca de melhoria nas suas condições de vida é uma das mais difíceis e ousadas ações

³⁹ Presente em LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In Jacques Revel (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 225-250.

que uma pessoa pode tomar, abandonar seu local de nascimento, seus familiares e meio social exige muita disposição, coragem e força de vontade. Logo, jamais penso, que essas pessoas são “encostadas no contexto social onde vivem”, antes elas são as construtoras desse contexto com todas as dificuldades e limitações de suas ações a margem do poder estabelecido.

Trazer Beatriz Sarlo⁴⁰ para esse debate também é de grande utilidade: a valorização dos sujeitos e suas individualidades como produtores de história em contrapartida do “sujeito coletivo” é importante para este trabalho que irá entrevistar pessoas que fizeram a migração. Aqui o relato em primeira pessoa motivado pela lembrança é fundamental:

Por conseguinte, a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada. (Sarlo, 2007, p.19).

É o que Sarlo chama de “*guinada subjetiva*” foi possível graças a um reordenamento ideológico da sociedade nos anos 1960 e 1970. Ocorreu uma (re)valorização do sujeito e suas identidades na história. A identidade dos sujeitos tomou o lugar das estruturas (que até os anos 1960 eram hegemônicas nas ciências sociais). Como consequência, temos a valorização da história oral e do testemunho. Portanto, o testemunho em primeira pessoa é fator fundamental para o desenvolvimento desse trabalho. Sabendo que, fatalmente, entre os testemunhos recolhidos existirão aqueles que vão “concordar” com as etapas históricas trabalhadas até aqui (pensando a sequência trabalhada anteriormente, Nordeste decadente que “expulsa” população, Sudeste que atrai e condições de transporte que possibilitam a migração) e aqueles que vão “discordar” (ou seja, a motivação da migração, a condição ou mesmo a vida que é estabelecida no Rio não estará nas mesmas razões que a maioria dos migrantes). Para esta possível “contradição” recorreremos novamente a Sarlo que defende a existência de grande independência e liberdade dos sujeitos em suas ações cotidianas. Ela questiona os modelos totalizantes que uniformizavam os sujeitos e

⁴⁰ SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

ignoravam suas margens de atuação. Dessa forma, nem todos são “reflexo do fluxo histórico” ou “encostadas no contexto social onde vivem”, existe grande liberdade de ação e, conseqüentemente, de resultados.

Também podemos notar os casos que Sarlo identifica como aqueles que “contestam” o poder estabelecido, seja material ou simbólico⁴¹ (Sarlo, 2007, p.16).

A etapa seguinte da atividade é: a partir das perguntas elaboradas pelos alunos em conjunto com o professor, o professor fará entrevistas com 2 ou 3 pessoas e irá analisar em sala de aula com os alunos as respostas dos entrevistados pensando se elas dialogam com a sequência didática trabalhada anteriormente, sempre lembrando a margem de atuação que existe na ação dos indivíduos pensando que eles podem estar de acordo com o que foi trabalhado na sequência didática ou podem “contradizer” a sequência.

Nesses casos é importante estar presentes na entrevista questões relacionadas a como era sua vida no Nordeste em relação a família, estudo, trabalho, meio social, tamanho da cidade onde vivia, locais de lazer e socialização e quais as atividades cotidianas realizadas pelo entrevistado. Depois pensar nos fatores da migração: de razão econômica? Para acompanhar familiares que já estavam aqui? Alguma outra razão (de natureza religiosa, política ou outra)? Perguntar sobre o meio para vir para o Rio de Janeiro também é elemento importante para uma entrevista que trata da migração entre regiões diferentes do país. Conhecer elementos da vida do entrevistado no Rio de Janeiro, repetindo as perguntas feitas na primeira parte sobre a relação com família, estudo, trabalho, meio social, características do local onde vive, locais de lazer e socialização e quais as atividades cotidianas. A partir daí é importante entender como o entrevistado se sente e como percebe sua vida a partir do local onde vive: se sente acolhido, desprezado, se sente à vontade com o local ou se sente uma pessoa estranha a região, qual a principal diferença entre seu local de origem e seu local atual e o que ele manteve de hábitos e comportamentos do local de onde veio, o que ele precisou mudar ou adaptar de acordo com as novas circunstâncias e qual sua perspectiva para o futuro. Essas perguntas contribuem para que os alunos compreendam diferenças entre as regiões, pensando em

⁴¹ Quando penso sobre este trecho de Beatriz Sarlo fica claro para mim que movimentos como o banditismo (cangaço), o messianismo e a migração são frutos da mesma contestação aos poderes vigentes. Cada um respondendo de uma maneira diferente, todos retirando das elites locais o elemento central sobre o qual elas exercem seu poder: as pessoas/clientes.

questões como tipo de trabalho, moradia, relação com o espaço urbano, transporte, tamanho da cidade, aparelhos urbanos além das rupturas e permanências dentro do local onde vivem atualmente.

A partir daí cabe aos alunos juntamente com o professor em sala de aula analisarem as respostas a partir do eixo: como era a vida no Nordeste, razões para migrar, meio pelo qual migrou, como é a vida no Sudeste, como o entrevistado se enxerga nesse processo, o que mudou e o que continua sempre atento para a percepção se as entrevistas dialogam com o que foi tratado na sequência didática.

3.6 As entrevistas

A etapa seguinte é dividir os alunos em grupos de 3 ou 4 para iniciarem as entrevistas dentro dos parâmetros combinados. As perguntas serão as mesmas em todos os grupos, elaboradas na sala de aula depois de debates nas turmas. Interessante para o trabalho é que os alunos consigam entrevistar uma variedade de pessoas pensando em diferentes faixas etárias, gêneros, origem (no caso diferentes estados ou se veio de uma cidade grande ou interior), período de chegada ao Rio de Janeiro (em anos ou décadas diferentes) e profissão. Tal variedade deixaria o trabalho mais rico e possibilitaria fazer comparações entre as diferentes gerações e mesmo em como era o cotidiano, a vida diária em diferentes épocas ainda no Nordeste.

Também é interessante que as entrevistas sejam feitas em forma de relato, não como um sistema de perguntas e respostas diretas. As perguntas elaboradas em sala de aula precisam funcionar como um “norteador” para a conversa, mas jamais devem ser um limitador para o que o entrevistado deseja falar, devem apenas servir como chave para que determinado tema ou assunto possam ser desenvolvidos pelo entrevistado. Assim, quando perguntar sobre o ano e a idade na qual chegou ao Rio de Janeiro, importante perguntar também qual foi a sensação, o que sentiu ao chegar na nova cidade, dessa forma evitamos uma resposta fechada como “25 anos em 1999”. Esperamos uma resposta trabalhada que diga a idade e o ano no qual chegou, mas também explique as circunstâncias dessa chegada, como se sentiu na nova cidade, no local onde foi viver, o que impressionou ou causou estranhamento, questões subjetivas que estão relacionadas

aos sentimentos e sensações ocorridos no momento da chegada. Os alunos precisam ser orientados a tentar extrair dos entrevistados esse tipo de informação e ter a sensibilidade de buscar as informações além da pergunta direta, dessa forma quanto mais o entrevistado falar, mais informações para o trabalho teremos. Este padrão precisa se repetir nas demais perguntas. Dessa forma a entrevista em forma de testemunho (que não seja um padrão perguntas e respostas diretas e fechadas) é mais interessante para esse tipo de trabalho.

Os meios utilizados podem variar, desde o áudio, áudio e vídeo até a transcrição da conversa. O conselho aos alunos é trabalhar com vídeo pois dessa forma conseguiríamos ver a reação das pessoas nas entrevistas, mas sabemos que nem sempre é possível, o áudio tende a ser mais simples e fácil de conseguir por ser um meio disseminado de troca de mensagens atualmente. De qualquer forma, as três possibilidades serão aceitas, importante é ter o testemunho transcrito ao final das entrevistas para que possa ser analisado em sala de aula junto aos alunos.

Durante as entrevistas, tendo em mente a construção das etapas realizadas até este momento (sequência didática, entrevista exemplo e a relação entre as entrevistas e o que foi trabalhado originalmente na sequência didática) é importante ficar claro para os alunos que a história é produzida a partir da ação dos seres humanos no tempo e no espaço e que cada uma das pessoas entrevistadas com suas ações e razões são agentes e sujeitos produtores de história. Assim como, seu movimento no tempo e no espaço são formadores da história do bairro onde vivem (Irajá, Acari, Amarelinho ou outro qualquer), da cidade onde estamos e do nosso país. Essa etapa atende a um dos objetivos originais desse trabalho que é a percepção do processo de produção da história como ciência e como disciplina. Ao mesmo tempo exaltar a ação dessas pessoas que fizeram a migração e construíram (aqui falando materialmente, as casas, ruas, estradas, edifícios) o meio onde nós vivemos, muitas vezes em oposição ao poder público ou mesmo sem nenhum tipo de suporte desses. Trazer à tona a história e o relato dessas pessoas é uma forma de valorizar sua ação e, conseqüentemente, valorizar sua identidade, tão marginalizada e agredida na cidade do Rio de Janeiro. Este é um dos objetivos desse trabalho, valorizar a identidade nordestina no Rio de Janeiro, por vezes ignorada e outras marginalizada ou discriminada.

A etapa seguinte tem por objetivo demonstrar como as histórias pessoais, do indivíduo, do sujeito comum, são elementos que podem ser utilizados para a compreensão

histórica e como ferramenta metodológica para o ensino da disciplina história na escola. Uma ou duas aulas serão necessárias para o desenvolvimento desta etapa. Trazendo a análise feita anteriormente dos relatos produzidos nas entrevistas e trabalhando eles em diálogo com a sequência didática estabelecida no início do processo, mostramos como a história de vida das pessoas, do nosso entorno, da nossa convivência diária dialoga com a história da cidade, do país, os marcos políticos, econômicos, sociais, migratórios, todos eles se relacionam e influenciam. São consequências da ação das pessoas, por vezes em colaboração, outras em conflito ou tensão, mas sempre lembrando a máxima de Marc Bloch e ampliada na fala de José D´Assumpção: história é a ação do homem no tempo e no espaço (D´ASSUMPCÃO, 1995, p.96). Ação essa que apesar de ser “livre” é condicionada por uma série de fatores, o meio onde nascemos, vivemos, pelas condições materiais de nossa existência, ou seja, pelas circunstâncias que as gerações passadas nos deixaram.⁴² Desta forma todos os sujeitos são ao mesmo tempo produtores e sujeitos históricos, participantes da história e construtores dela. Essa compreensão do processo histórico a partir da ação humana, no caso da ação daquelas pessoas que foram entrevistadas (e em última análise, a ação de todos nós) é um dos objetivos deste trabalho e nessa aula esta etapa precisa ficar definitivamente clara e desenvolvida.

Outro objetivo desse trabalho, já lembrado em diversas ocasiões, mas que é sempre importante reforçar é a valorização da herança nordestina desses alunos com o objetivo de gerar um impacto positivo em sua identidade, sua autoestima e visão de mundo através da construção de uma visão positiva de si. A identificação do que é nordestino entre os alunos funciona a partir de duas bases, ou a associação com o Nordeste é ignorada ou é alvo de deboche e preconceito, principalmente quando o aluno é identificado como nordestino pela maneira de falar. Ainda existe a ideia presente no Rio de Janeiro e criticada no livro de Durval Muniz⁴³ que é a percepção do “Nordeste” como um todo homogêneo⁴⁴. Romper com essa visão também é parte desse trabalho,

⁴² Famosa formulação de Marx presente no 18 Brumário de Luís Bonaparte.

⁴³ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

⁴⁴ Um grupo de humor que posta vídeos na internet chamado “Porta dos Fundos” tem um vídeo chamado “Sudestino” onde trabalham de forma bem-humorada com uma inversão do preconceito tratando o Sudeste

compreendendo que o Nordeste é variado com diferentes biomas e realidades sociais, cidades grandes e pequenas, regiões de alto desenvolvimento industrial e tecnológico e regiões onde predomina a agricultura de subsistência, toda essa pluralidade é formadora da região e cada uma das pessoas que veio como migrante partiu de uma realidade diferente, somente no Sudeste ocorre uma generalização que faz pensar em “nordestinos”, mas é fundamental termos em mente que essa é uma visão reducionista e equivocada.

Portanto, ao final de todas as etapas e debates é fundamental que os alunos tenham uma visão positiva do movimento migratório nordestino e da vida e história das pessoas que fizeram a migração e que são os pais, mães, avós, primos e amigos desses alunos, que vivem com eles cotidianamente e compartilham dos mesmos espaços. A luta das pessoas para vencer os mais variados contratempos e construir suas vidas mesmo com dificuldades imensas como o afastamento da família, as dificuldades para sair de sua terra (logística, financeira, tempo de viagem, insegurança), dificuldades de renda, dificuldades de chegar a um local novo e desconhecido e iniciar uma nova vida praticamente do zero, dificuldades de adaptação, preconceito sofrido, muitas vezes rotinas de trabalho desgastantes e o fato de que essas pessoas, com todas as dificuldades citadas, superaram e seguiram com suas vidas, deve ser motivo de orgulho e admiração por todos, dessa forma construindo naquele espaço escolar uma visão positiva da herança nordestina desses alunos e conseqüentemente fazendo com que eles tenham uma visão positiva de si e dos seus ao mesmo tempo tentando superar a discriminação do qual são alvos cotidianamente vários nordestinos e descendentes.

como um todo homogêneo e o nordestino como aquele que age de forma discriminatória, mesmo que essa discriminação ocorra de forma sutil disfarçando uma suposta simpatia.

CONCLUSÃO

Este é um trabalho que parte da constatação de uma realidade presente no cotidiano dos alunos na escola municipal Malba Tahan onde leciono. O ponto de partida é: a origem nordestina e como ela é tratada naquele meio. As duas formas de tratamento identificadas são a discriminação e o desprezo por um lado e a absoluta ignorância por outro, tendo aqueles alunos um desconhecimento sobre suas origens. Essas duas percepções geram as seguintes consequências: o deboche e a discriminação quando um aluno é identificado como nordestino, principalmente por causa da maneira de falar (e existem muitos alunos nordestinos, a maioria é filho ou neto de nordestinos, mas muitos são nascidos no Nordeste e migraram para o Rio com suas famílias) ou a profunda desconexão com essa origem, que muitas vezes é vista de forma clara com os pais desses alunos. Daí uma das razões para esse trabalho é mostrar a ligação que aquele local, aquela região da cidade do Rio de Janeiro tem com a migração nordestina e positivar essa herança como mecanismo para confrontar a discriminação e o preconceito do qual ela é alvo. Para isso é importante que aqueles alunos se enxerguem como descendentes de nordestinos e essa percepção seja positiva. É inclusive um dos objetivos iniciais desse trabalho, a valorização dessa herança e conseqüentemente da percepção de si que esses alunos possuem com impacto positivo em suas autoestimas. Compreender se esse objetivo foi alcançado ao longo das etapas desse trabalho é importante pois ele é um trabalho longo, que pode durar um ou dois bimestres, e o risco de se perder é real, por isso precisa ficar constantemente claro que esse é um dos objetivos e pontos de partida do trabalho.

O outro objetivo é construir nesses alunos o entendimento e a compreensão do raciocínio histórico, ou seja, de como um pesquisador, um historiador trabalha com as fontes para a produção historiográfica. A história local será a ferramenta utilizada para atingir esse objetivo, será o objeto de estudo, mas ao falar de local aqui o foco não será nos espaços de memória ou nos monumentos públicos existentes, mas na vida das pessoas, é a vida das pessoas o foco desse trabalho de história local e será a partir do relato delas que vamos compreender o processo de produção historiográfico confrontando as fontes orais com as demais fontes que possuímos na sequência didática, ao final do trabalho é fundamental que saibamos fazer o diálogo entre o que foi relatado e a sequência

didática mostrando a relação entre a vida dos indivíduos, do sujeito comum com o processo histórico pensado de forma mais ampla.

Por fim, ter sempre a noção que o norte do trabalho, os objetivos iniciais estabelecidos a partir da realidade dos alunos precisam perseguidos sempre e que existem elementos do local, do entorno que possibilitam a produção de um trabalho dessa natureza, compreender quais são os elementos existentes em cada realidade e como eles se colocam no cotidiano dos alunos é passo fundamental para começar um trabalho com essas características. Aqui nessa sequência didática, por diversas vezes serão repetidos os objetivos a serem alcançados, vejo como importante essa repetição porque é um trabalho longo e que possui muitas etapas, o risco de perder o foco existe, portanto, ressaltar constantemente os objetivos pode ajudar a manter o centro.



Avenida Brasil na altura de Irajá. Imagem recente. GoogleMaps Street View - Domínio Público.

Este trabalho é pensado a partir da realidade onde atuo: a grande presença de nordestinos e descendentes e a relação dos alunos com essa presença funciona como o ponto de partida do trabalho que no fundo é feito para utilizarmos a história local como elemento para a compreensão do processo histórico e a história da presença nordestina como um mecanismo de valorização e elevação da autoestima dos alunos. Em outras realidades o ponto de partida pode ser outro que não a presença nordestina, mas os objetivos traçados podem ser os mesmos: valorização da percepção de si por parte dos

alunos e familiares e a compreensão do processo histórico. Para muitas realidades cariocas a elaboração do trabalho pode ser feita da mesma forma que esse, tendo a identidade nordestina como ponto de partida, tamanha a presença dessas pessoas na cidade (e essa também é a realidade em outras grandes cidades brasileiras). De qualquer maneira cabe a quem pretende elaborar um trabalho com essas características ter o cuidado e a sensibilidade de perceber quais elementos presentes no cotidiano da escola e dos alunos (e existem muitos) podem servir como ponto de partida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. *A Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPP, 2006 – 4ª edição.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

D´ASSUMPCÃO, José. *História, região e espacialidade* - Revista de História Regional 10(1): 95-129, Verão, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BNCC em -
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

BOURDIN, Alain. *A questão local*; tradução Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAVALCANTI, Erinaldo. *História e história local - Desafios, limites e possibilidades*. Revista História Hoje, v. 7, nº 13, p. 272-292 – 2018.

Currículo mínimo carioca, presente em:
<http://www.rio.rj.gov.br/documents/9565635/37187427-f11f-4a95-a818-933866c46923>

DORIGATTI JUNIOR - Osmar Asdrubal. *Nordeste, um estudo da estrutura econômico-social da região*, UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de economia - Araraquara - 2010.

DOSSE, François. *A História em Migalhas*, São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERRARI - Monia de Mello. *A Migração Nordestina Para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954) – secas e desigualdades regionais*. Universidade Federal de São Carlos – Centro de educação e ciências humanas – Programa de pós-graduação em Ciências humanas – São Carlos, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

FONSECA, Selva Guimaraes, *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas/SP: Papirus, 2003 – 8ª edição.

GOUBERT, Pierre. *História Local*; tradução Marta Lago, Revista Arrabalde. Ano 1. nº1. maio/agosto 1988.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na pós-modernidade*; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 - 11ª edição.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In Jacques Revel (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, pp. 225-250.

PCNs - PARAMETROS CURRICULARES NACIONAL -
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

ROBERTO - Douglas Mendes. – *Diagnóstico da Hidrografia – Estação ecológica da Baía da Guanabara e região*, 2009, in www.icmbio.gov.br

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAMUEL, Raphael. *História local e história oral*. revista brasileira de história São Paulo v9 n19 pp.219-243 - set89/fev90 - tradução de Zena Winoma Eisenberg.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SILVA Luís Carlos Borges da. *A importância do estudo de história regional e local na educação básica*, XXVII simpósio nacional de história - ANPUH - conhecimento histórico e diálogo social - NATAL - RN 22 a 26 de julho 2013.

SILVEIRA - Marcelo da Rocha. *As casas populares e a formação do subúrbio carioca*, in 8º Seminário Docomomo Brasil, 2009, Rio de Janeiro. *Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes*, 2009.

TORRES, Pedro Henrique Campello. *Avenida Brasil – Tudo Passa Quem não Viu?*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, Vol. 20, n.2, 2018, p.287-303.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A Invenção da Favela: do Mito de Origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PLANOS DE AULA

Aula 1	Apresentação da proposta aos alunos
Conteúdo	Breve resumo do que será trabalhado ao longo do semestre e entrevista familiar (onde nasceu, local de nascimento dos pais e dos avós)
Objetivo	Compreensão do trabalho que será realizado ao longo do semestre.
Desenvolvimento	Apresentar aos alunos a proposta de trabalho e como ela será desenvolvida.
Material/Recursos	Quadro.
Duração da aula	1 tempo de 50 minutos.

Aula 2	Irajá colonial e imperial
Conteúdo	Região de Irajá no período colonial e imperial, do século XVI até meados do XIX
Objetivo	Compreensão por parte dos alunos da dinâmica social e econômica na região de Irajá (pensando no entorno imediato da Igreja Nossa Senhora da Apresentação, que corresponde a partes da antiga freguesia rural) no período colonial e imperial
Desenvolvimento	Apresentar a região antes da chegada portuguesa, como a presença portuguesa construiu novas dinâmicas na região a partir do engenho de açúcar, da agricultura voltada para o abastecimento desse engenho. A construção do poder português na região (através da freguesia). A mão de obra escravizada utilizada nos engenhos. Os rios como sistema de transporte de pessoas e mercadorias. Tal dinâmica se manteve constante até a segunda metade do século XIX. Região de passagem em direção as Minas Gerais.
Material/Recursos	Quadro, mapas, imagens do período colonial, pequenos trechos de vídeos sobre o tema.
Duração da aula	2 tempos de 50 minutos.

Aula 3	Irajá meados do XIX e início do XX.
Conteúdo	- Início da ocupação urbana do território - expansão das ferrovias - segunda metade do século XIX e início do XX
Objetivo	Compreender como com a expansão das ferrovias contribuiu para o aumento da população na região, iniciando a mudança do caráter rural para o urbano.
Desenvolvimento	Explicar como as ferrovias surgiram com o objetivo de escoar o café e interligar regiões interioranas a capital do Brasil (Central do Brasil) e como essa ampliação fez aumentar a população das regiões próximas as estações ferroviárias.
Material/Recursos	- Quadro, mapas com a expansão das ferrovias e o ano de criação das estações.
Duração da aula	1 tempo de 50 minutos.

Aula 4 e 5	Avenida Brasil.
Conteúdo	Avenida Brasil e aceleração da ocupação urbana - modelos de moradia, casas suburbanas, conjuntos residenciais, favelas - processos políticos que moldaram essa configuração urbana.
Objetivo	Compreender a formação e estruturação do espaço urbano de Irajá e dos bairros ao redor a partir da criação da Avenida Brasil.
Desenvolvimento	Pensar como ocorreram em diferentes momentos ao longo do século XX e início do XXI variados processos de ocupação do espaço urbano, as antigas casas suburbanas, os diferentes conjuntos habitacionais, o surgimento e crescimento das favelas e os projetos do século XXI como o Minha casa minha vida.
Material/Recursos	Quadro, imagens em fotos ou pequenos vídeos da região em décadas passadas com o intuito de comparar com os dias atuais.
Duração da aula	2 tempos de 50 minutos.

Aula 6	Surgimento do conceito de “Nordeste”
Conteúdo	Surgimento do conceito de "Nordeste"
Objetivo	Compreender o surgimento desse conceito a partir do que é abordado por Durval Muniz em seu livro, A invenção do nordeste e outras artes. Como o Nordeste é construído pelos filhos de uma antiga elite decadente que busca recuperar os "tempos de glória" do passado.
Desenvolvimento	Apresentar o que Durval desenvolve no seu livro como o "surgimento da ideia do Nordeste" a partir de figuras como Gilberto Freyre e outros.
Material/Recursos	Quadro, imagens e pequenos vídeos, trechos do livro.
Duração da aula	1 tempo de 50 minutos.

Aula 7	Ascensão econômica do Sudeste
Conteúdo	Ascensão econômica do Sudeste com o avanço do café.
Objetivo	Compreender como o café se tornou o principal produto de exportação da economia brasileira a partir de meados do século XIX, deslocando o açúcar. Tal mudança corresponde também a uma mudança no perfil da elite econômica dirigente do país, os senhores de engenho da região nordeste são substituídos pelos Barões do Café no Sudeste.
Desenvolvimento	Apresentar o crescimento da demanda do café no mundo, como o Brasil rapidamente se tornou o maior produtor mundial, por que o café precisou ser plantado em uma região diferente do açúcar, como esse produto tinha menos concorrência no exterior do que o açúcar e como a transformação do café no principal produto brasileiro de exportação fez a elite dirigente do país se tornar os cafeicultores do sudeste em substituição aos senhores de engenho do Nordeste.
Material/Recursos	Quadro, mapas, vídeos curtos sobre o período dos barões do café.
Duração da aula	1 tempo de 50 minutos.

Aula 8	Decadência das elites nordestinas.
Conteúdo	Decadência das elites nordestinas.
Objetivo	Compreender como com o avanço do café as elites do sudeste ligadas a este produto, substituíram as elites nordestinas como principal força política nacional. E as questões locais que explicam a decadência dessa elite nordestina em nível nacional (como a concorrência internacional aos produtos da região como o açúcar e o algodão).
Desenvolvimento	Apresentar como a estrutura econômica da região se torna incapaz de absorver a mão de obra local. A população migra para uma agricultura de subsistência, com pequenas propriedades, em condições normais de temperatura e chuvas essas pequenas propriedades são capazes de garantir o sustento dessas famílias, em épocas de crise climática essas famílias passam grandes dificuldades, esse é um dos fatores que leva a migração das pessoas da região.
Material/Recursos	Quadro, mapas, vídeos curtos sobre a questão da seca e a questão econômica da região. Músicas que tratam da rotina da população local e as dificuldades (como "Súplica Cearense" de Gordurinha e Nelinho e "Boiadeiro" de Klécio Caldas e Armando Cavalcanti ambas famosas na voz de Luiz Gonzaga*).
Duração da aula	2 tempos de 50 minutos.

* Lembrando que a música de Luiz Gonzaga tinha como público-alvo o migrante nordestino no Sudeste (principalmente Rio e São Paulo). Logo trata de questões relacionadas a saudade, diferença de costumes entre as regiões e a falta da terra que ficou para trás.

Aula 9	O que possibilitou a migração?
Conteúdo	Aspectos políticos e econômicos que possibilitaram a migração.
Objetivo	Compreender como a decadência e dificuldades econômicas no Nordeste e a ascensão do sudeste a partir do café e posteriormente da industrialização criaram os fatores que incentivaram a transferência de pessoas de uma região para a outra.
Desenvolvimento	Breve resumo das aulas anteriores, decadência do nordeste e ascensão do sudeste. Acrescentar o que possibilitou, em termos de infraestrutura, a ampliação da migração: a construção das rodovias (principalmente a Rio-Bahia). Explicar como eram as viagens das rodovias, como as rodovias substituíram as ferrovias, como surgiu uma indústria de transporte entre as regiões (ainda hoje muito forte).
Material/Recursos	Quadro, mapas, vídeos curtos sobre o transporte (rodoviário e ferroviário) entre as regiões.
Duração da aula	1 tempo de 50 minutos.

Aula 10	O que incentivou a migração?
Conteúdo	Condições a partir da metade do século XX (políticas e econômicas, no Nordeste e no Sudeste) que incentivaram a migração.
Objetivo	Compreender como o avanço da industrialização e urbanização no Sudeste foi o fator chave para acelerar a migração a partir dos anos 1950.
Desenvolvimento	Explicar como o avanço da industrialização e urbanização nas grandes cidades do Sudeste (principalmente São Paulo e Rio) incentivou a migração nordestina para a região, como esse migrante vai trabalhar em setores como a construção civil, serviços e indústria, contribuindo para uma mudança significativa na configuração urbana dessas regiões.
Material/Recursos	Quadro, mapas, vídeos curtos sobre o crescimento urbano no Rio e em São Paulo no período. Músicas sobre a presença nordestina na região (lembrando o já citado Luiz Gonzaga, mas também Dominginhos com "Lamento Sertanejo"**, música sobre a vida de um imigrante em uma cidade grande).
Duração da aula	2 tempos de 50 minutos.

**Autoria de Dominginhos e Gilberto Gil, dois nordestinos que vão produzir sua arte no Sudeste.

Aula 11	Nordeste no Rio de Janeiro.
Conteúdo	Presença nordestina no Rio de Janeiro
Objetivo	Compreender a presença nordestina como um fator de influência e formação da cidade do Rio de Janeiro.
Desenvolvimento	Apresentar aos alunos a presença nordestina no Rio de Janeiro de personalidades, de locais de memória ou regiões com grande presença de nordestinos, como o Rio de Janeiro é uma cidade formada em grande parte por esta diáspora.
Material/Recursos	Quadro, vídeos curtos sobre figuras ou regiões do Rio de Janeiro que fazem referência a presença nordestina, músicas sobre o tema.
Duração da aula	2 tempos de 50 minutos.

Aula 12	As entrevistas.
Conteúdo	Proposta das entrevistas a serem trabalhadas com os alunos.
Objetivo	Pensar com os alunos, a partir das aulas anteriores, quais perguntas para as entrevistas a serem realizadas.
Desenvolvimento	Relembrar os temas tratados nas aulas anteriores e a partir deles elaborar perguntas para as entrevistas.
Material/Recursos	Quadro.
Duração da aula	2 tempos de 50 minutos.

Aula 13	Execução das entrevistas.
Conteúdo	As perguntas que serão feitas aos migrantes.
Objetivo	Trabalhar as entrevistas que serão realizadas pelos alunos com os migrantes e organizar os grupos.
Desenvolvimento	Dividir os alunos em grupos, estabelecer um cronograma para as entrevistas e dar as orientações finais. As entrevistas podem ser por áudio, vídeo ou transcritas.
Material/Recursos	Quadro, celulares.
Duração da aula	2 tempos de 50 minutos.

Aula 14	Análise das entrevistas.
Conteúdo	Análise das entrevistas.
Objetivo	Mostrar através das respostas como as histórias de vida dos migrantes estão relacionadas a história do bairro, da cidade, do país.
Desenvolvimento	Através das respostas das entrevistas, analisar como o que foi estudado em sala de aula se relaciona com o que foi recolhido dos relatos dos migrantes. Relacionando a história local com a história nacional em um processo que parte do micro para o macro e volta do macro para o micro.
Material/Recursos	Quadro.
Duração da aula	2 tempos de 50 minutos.

Aula 15	Conclusão.
Conteúdo	Proposta de construção de um site com os resultados das entrevistas.
Objetivo	Mostrar o desenvolvimento do trabalho e a sua conclusão através das entrevistas.
Desenvolvimento	Organizar com os alunos as informações para a produção do site sobre a migração nordestina para a região de Irajá e seu entorno imediato.
Material/Recursos	Quadro, celulares, internet.
Duração da aula	2 tempos de 50 minutos.